

FACULDADE DAMAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EVELYNE BEZERRA HANGARTNER

**ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA:
O CORPO DA MULHER CONGOLESA USADA PARA FINS DE ESTRATÉGIA
MILITAR**

RECIFE

2014

FACULDADE DAMAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EVELYNE BEZERRA HANGARTNER

**ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA:
O CORPO DA MULHER CONGOLESA USADA PARA FINS DE ESTRATÉGIA
MILITAR**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à banca examinadora da Faculdade Damas, para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da professora Dra. Luciana Campelo de Lira.

RECIFE

2014

Hangartner, E. B.

Estupro como arma de guerra: o corpo da mulher congoleza usada para fins de estratégia militar. Evelyne Bezerra Hangartner. Recife: o Autor, 2014.

75 folhas.

Orientador (a): Profª Luciana Campelo de Lira

Monografia (graduação) – Bacharel em Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais 2. Estupro 3. Teorias Feministas das RI 4.Arma de Guerra.

327 CDU (2ªed.)
327 CDD (22ª ed.)

Faculdade Damas
TCC 2014 – 277

**FACULDADE DAMAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EVELYNE BEZERRA HANGARTNER

**ESTUPRO COMO ARMADA DE GUERRA:
O CORPO DA MULHER CONGOLESA USADA PARA FINS DE ESTRATÉGIA
MILITAR**

Comissão Examinadora:

**Pedro Gustavo Cavalcanti Soares, Me.
(Presidente)**

Luciana Campelo de Lira, Dr^a (Orientadora)

Michely Peres de Andrade, Dr^a (UFPE)

RECIFE

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Luciana Campelo de Lira pela sua disponibilidade e gentileza em me ajudar nesta minha pesquisa. Seu conhecimento e suas reflexões foram muito importantes para a elaboração deste trabalho.

Aos professores Thales Castro e Elton Gomes pelo carinho e transmissão de conhecimento durante esses anos de graduação.

À minha família, principalmente as minhas sobrinhas, por me encherem de alegria e sempre estarem no meu coração.

A meus queridos amigos Fiona, Marisa, Neri e Rafis que compartilharam de diversos momentos da minha vida e sempre me fazem ser uma pessoa mais feliz.

Mais carinhosamente à Carol pela presença na minha vida.

E por fim, queria dedicar este trabalho a todas essas mulheres vítimas deste conflito. A essas mulheres corajosas que sobrevivem e as que infelizmente se foram. A essas que hoje em dia lutam para serem reconhecidas como sujeitas de valor moral. A opressão delas não pode mais ser silenciada e deve se torna a luta de todxs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1.....	11
1.1 CONCEITO DO ESTUPRO.....	11
1.2 IMPULSO SEXUAL OU RELAÇÃO DE PODER	14
1.3 O ESTUPRO COMO FERRAMENTA DE GUERRA NO TEMPO E NO ESPAÇO	15
1.4 RELAÇÃO DE GÊNERO PERANTE UM CONFLITO	18
1.5 GUERRA, PRÁTICAS DE PODER MASCULINISTA POR OUTROS MEIOS	24
CAPÍTULO 2.....	29
2.1 NOVA VISÃO DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS	29
2.3 A CONTRIBUIÇÃO DAS FEMINISTAS NAS TEORIAS DE RI.....	33
2.3 TEORIAS FEMINISTAS DE RI SOBRE O ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA	36
CAPÍTULO 3.....	41
3.1 DESUMANIZAR AS CONGOLESAS	41
3.2 BANALIZAÇÃO DO ESTUPRO	45
4. CAPÍTULO	50
4.1 O PÓS-COLONIALISMO DAS RI COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DAS CONGOLESAS	50
4.1.1 INVISIBILIDADE DOS ATORES AFRICANOS.....	52
4.2 EMPODERAMENTO DAS CONGOLESAS PELO FEMINISMO AFRICANO	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

RESUMO

Este trabalho busca trazer alternativas para os estudos das relações internacionais sobre a dinâmica e complexidade dos conflitos armados, mais especificamente, na situação da mulher usada como uma ferramenta de guerra. Esta pesquisa tem por base as teorias e metodologias feministas das relações internacionais. Assim, será analisado o conceito de estupro durante um conflito armado, seus objetivos e a objetificação do corpo da mulher como uma arma de guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Estupro; Teorias feministas das RI; Arma de guerra.

ABSTRACT

This text aims to bring alternatives to the studies of International Relations about the dynamic and complexity of the armed conflicts, most specifically, in the situation of woman used as an instrument of war. This research has been based by the feminist theories and methodologies of International Relations. Therefore, the concept of rape during an armed conflict will be analyzed, so its goals and objectification of a woman's body as a war weapon.

KEYWORDS: Rape ; IR feminism ;Weapon of war.

RÉSUMÉ

Ce travail cherche à apporter des alternatives pour les études des Relations Internationales sur la dynamique et la complexité des conflits armés, plus spécifiquement, la situation des femmes utilisées comme un instrument de guerre. Cette recherche est basée sur les théories et méthodologies féministes des relations Internationales. Ainsi, le viol pendant les conflits armés, ses objectifs et l'objectivation du corps féminin comme une arme de guerre seront analysés.

MOTS-CLÉS: Viol; Théories féministes de RI; Arme de guerre.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR: Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados

AES: Abuso e Exploração Sexual

DAW: Divisão para o Avanço da Mulher

EUA: Estados Unidos das Américas

MONUC: Missão das Nações Unidas no Congo

MONUSCO: Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo

RI: Relações internacionais

RDC: República democrática do congo

ONG: Organização Não Governamental

OMS: Organização mundial da saúde

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz um levantamento da situação da mulher perante o conflito armado na República Democrática Congoleza. A mulher em uma situação de guerra se torna uma arma na medida em que seu corpo é usado para atingir fins estratégicos politico-militares na forma de estupro sistemático e organizado. Entendendo que as teorias tradicionais de Relações Internacionais (R.I)¹ não abordam satisfatoriamente questões de gênero em suas pesquisas, esse trabalho será fundamentado através das perspectivas feministas das RI. O método tradicional de análise nas relações internacionais será criticado por sua incapacidade de lidar com atores subjetivos das guerras. A abordagem feminista das R.I estuda elementos contingentes durante um conflito armado, permitindo um maior entendimento do conflito congolês e uma elaboração sobre a possibilidade de emancipação das mulheres.

Esta pesquisa pretende analisar a mulher nas RI que exerce um papel subalterno profundo no cenário internacional. O trabalho trata de mulher, negras e africanas. Logo, é notável que estes atores estão no limbo das preocupações dos estudos de RI. E para poder analisar esta posição das mulheres africanas de subalternidades, será estudada esta parte a partir de teorias pós-coloniais.

A República Democrática Congoleza (RDC) é um dos países com maior potencial de riquezas naturais no mundo, contudo, aparece nos últimos índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)². A RDC sofre desde 1998 com um conflito armado multifacetário devido a várias forças divergentes que atuam e disputam o poder em suas fronteiras. Para melhor entender esse termo “multifacetário” é preciso compreender a historiografia dos eventos que abalaram a RDC.

A partir da conferência de Berlim em 1885³, Leopoldo II tomou posse deste território e o nomeou o Congo Belga⁴. Neste período, o país foi explorado por suas matérias primas e sua população oprimida e regulada pelas forças belgas. Esse fato gerou o primeiro ponto de desequilíbrio na organização dos congolezes no seu território.

¹ As teorias tradicionais são entendidas neste trabalho como as teorias derivadas dos paradigmas realistas e idealistas.

² Com esta afirmação, permite entender a contradição em um país ter muitas riquezas naturais, mas ao mesmo tempo ser pobre.

³ Momento em que a África foi dividida de uma forma arbitrária pelas potências coloniais.

⁴ Nome da propriedade particular do rei Leopoldo II da Bélgica até a sua morte em 30 de Junho de 1909.

Em 1960, o Congo se torna independente e muda de nome para o Zaire, tendo Mobutu⁵ como governante. Mobutu se torna rapidamente um ditador que irá perpetuar o ciclo dos colonizadores, saqueando as terras muito ricas do Congo e oprimindo a população. Após o genocídio ruandês (Plauchut, 2012), milhares de soldados hutus⁶ foram se refugiar nas fronteiras congoleesas, mais precisamente na região do kivu e passaram a explorar suas terras. O processo histórico mostra que esse estado sofreu, em diversos momentos, processos de desestabilização e foi seguidamente governado por personagens autoritários e exploradores. Nos dias atuais, o governo é semi-impotente face aos rebeldes tanto congoleeses, ruandeses, ugandeses, assim como pouco interfere nas ações impetradas por empresas multinacionais estrangeiras⁷, que financiam e mantém este conflito. Essas últimas têm se beneficiado do conflito armado que levou o país a ser dependente e frágil internacionalmente, tornando-o passível de uma exploração sem limites de suas reservas naturais de matérias primas, principalmente na região do kivu⁸.

⁵ Presidente do Zaire (atual República Democrática do Congo) entre 1965 e 1997.

⁶ As etnias utus e tutsi foram criados pelos colonizadores belgas sobre base de criterios físicos. A etnia hutu praticou, durante o genocídio ruandês, o assassinato em massa dos tutsis.

⁷ Principalmente da indústria eletrônica.

⁸ O kivu é uma região no leste da República Democrática do Congo, porem há outras regiões no leste do congo que são exploradas e que sofrem de violência armada. Mas o nome deste conflito fica conhecido como a guerra do Kivu.

O estupro durante as guerras é um aspecto dos estudos das guerras pouco analisado. Em se pensar a palavra guerra, temos as primeiras imagens de tiros, cidades destruídas, conflitos políticos, etc. A disciplina das relações internacionais estuda as diversas guerras que ocorreram ao longo da história, suas consequências e repercussões. O ser humano é analisado de um ponto de vista genérico, sem levar em consideração as contingências atribuídas por classificações sociais diversas, como as de gênero. O que ofusca as especificidades das experiências dos atores sociais localizados em papéis sociais distintos como o de homem, mulher ou criança em um contexto de guerra. Não é possível analisar de uma forma universal esses três tipos de indivíduo. Este trabalho busca analisar especificamente o papel da mulher durante um conflito armado. Parte-se da perspectiva de que em uma situação de guerra, a mulher, dependendo do contexto cultural, se torna mais vulnerável que um homem. Especialmente, em relação a um papel pré-estabelecido na sociedade, que a torna, em alguns aspectos, um patrimônio do homem e, assim, um alvo estratégico militar muito eficiente.

Ao longo deste trabalho será estudando as diversas formas, no tempo e no espaço, do estupro ser usado como arma de guerra, tendo se tornado uma prática recorrentemente perpetrada. As questões principais que norteiam o trabalho se referem à razão dessa técnica ser mais eficiente com mulheres e o fato de ter se tornado uma prática recorrente desde o início de nossas civilizações. Para analisar com mais clareza esta estratégia militar, o conflito armado da República Democrática Congoleza será o objeto central da pesquisa.

O estupro durante as guerras sempre foi uma prática recorrente, contudo, só a partir da década de 1990 que se começou a pensar sobre o tema e se denunciar tal violência. Somente depois das guerras da Bósnia-Herzegovina⁹ e de Ruanda¹⁰ que a comunidade internacional permitiu o reconhecimento destas táticas de guerra. Porém não há lei formal internacional para proteger as vítimas dos estupros e a seus criminosos saírem da impunidade¹¹.

Um freqüente engano diz respeito à concepção de que esse tipo de violência ocorre em países “não civilizados”, ou seja, que resultam de tradições culturais bárbaras e insensíveis aos valores da civilização moderna, em países distantes da cultura

⁹A chamada Guerra da Bósnia foi um conflito armado que ocorreu entre abril de 1992 e dezembro de 1995 na região da Bósnia e Herzegovina.

¹⁰O genocídio ocorrido em Ruanda foi entre 6 de abril e 4 de julho de 1994.

¹¹Há apenas medidas de embargo de produtos que poderiam vir de zonas de guerra.

ocidental. Esta concepção é, em grande parte, ocasionada pela invisibilidade desses atos ocorridos durante conflitos armados no interior da sociedade ocidental. O estupro durante as guerras aconteceu nas mais diversas civilizações. Contudo, cada estupro estratégico sofre variações de acordo com as metas político-militares a serem alcançadas.

Para entender melhor a natureza das estratégias usadas nesse conflito é preciso entender com detalhe o conflito na RDC. A partir do documento da Human Rights watch, *The War Within the War: Sexual Violence against Women and Girls in Eastern Congo* (2002) foi possível determinar que o conflito congolês é a maior guerra na história moderna da África. A partir deste documento é notável que se trata de um dos conflitos mais mortíferos desde a Segunda Guerra Mundial, envolvendo diretamente oito países africanos, bem como cerca de 25 grupos armados. Neste documento, é relatado que cerca de 3,8 milhões de pessoas morreram desde o início do conflito, a maioria de diversas formas de violência como os estupros, torturas e doenças. Vários outros milhões foram deslocados das suas casas ou procuraram asilo em países vizinhos. Oficialmente não há mais guerra desde Julho de 2003. Considera-se essa data pelo fim das hostilidades oficiais após a assinatura de um acordo entre as partes beligerantes para criar um governo de transição. Porém, é relatado que em média 1000 pessoas morreram diariamente em 2004 das consequências diretas de uma guerra silenciosa. No relatório anual de 2013 do alto comissariado de direito humano da ONU¹², é relatado que atrocidades sexuais contra mulheres congoleesas não constituem apenas atos de violência isolados; do contrário, são ações violentas organizadas e sistêmicas que incluem estupros, escravidão sexual, incesto forçado e canibalismo. Uma nova pesquisa, em 2008, apontou que o conflito mata em média 45 mil pessoas por mês.

O país tem uma estrutura estatal fraca, graves problemas com corrupção na esfera estatal, incapacidade governamental para enfrentar o conflito, além da incessante busca, tanto pelos congoleeses como pelos estrangeiros, pela aquisição das riquezas naturais do país. E envolve quase todos os países da África subsaariana sobre forte influência dos interesses de países ocidentais. Para melhor entender esse termo “multifacetário” é preciso analisar a historiografia dos eventos que abalaram a RDC.

¹² Todos esses dados são frutos deste relatório da ONU *Rapport de la Haut Commissaire des Nations Unies aux droits de l'homme sur la situation des droits de l'homme et les activités du Haut-Commissariat en République démocratique du Congo*.

A partir da Conferência de Berlim em 1885, Leopoldo II tomou posse deste território e o nomeou o Congo Belga. Neste período, o país é explorado por suas matérias primas e a população se ver oprimida e regulada pelas forças belgas. Gerando o primeiro ponto de desequilíbrio na organização territorial dos congolezes. Em 1960, o Congo se torna independente e muda de nome para o Zaire, tendo Mobutu como governante. Mobutu se torna rapidamente um ditador que passa a perpetuar o ciclo dos colonizadores, de saqueadores das terras muito ricas do Congo e oprimir a população. Após o genocídio ruandês, milhares de soldados hutus foram se refugiar nas fronteiras congolezas, nestas regiões do leste do congo e explorar suas terras.

Em síntese, o processo histórico brevemente visto a partir do trabalho de Didier Gondola (2002), mostra que esse Estado sofreu, em diversos momentos, processos de desestabilização política, econômica e social, tendo em vista ter se tornado alvo de numerosas disputas por seus territórios e recursos naturais e foi facilmente governado por personagens autoritários e exploradores.

Após o genocídio ruandês em 1994, mais de 2 milhões de hutus refugiados fugiram de Ruanda para as fronteiras leste do Congo. Em 1997, Laurant-Desiré kabila¹³, com o apoio dos países vizinhos, Zimbábue, Angola, e Namíbia tira Mobutu do poder e retoma o nome de República Democrática Congoleza. Após esta mudança política, o país se torna alvo de interesses políticos e econômicos de uma multitude de países.

É considerada como a primeira guerra mundial africana, justamente pelo fato de ter envolvido um número considerável de países africanos. Será analisado os principais interesses e justificativas que levaram cada um desses países a entrar no conflito (Clark, John F. 2002).

O presidente congolês Laurant-Desiré Kabila era considerado por Ruanda e Uganda como totalmente incapaz de governar o país e estabilizar sua economia, fato que atingia diretamente os interesses dos seus vizinhos. Laurant-Desiré Kabila, entretanto, não apenas não soube atender às expectativas dos ruandês e ugandês, como também se afastou deles, buscando fazer uma política apenas nacionalista e promoveu uma política que buscava diminuir o poder dos ruandeses que estavam no território congolês. Do ponto de vista dos interesses econômicos, Ruanda buscava a possibilidade de conseguir obter o controle dos recursos naturais congolezes e se tornar autossuficiente especialmente na mineração.

¹³ Laurant-Desiré Kabila foi presidente da RDC de 1997 a 2001. Ele não deve ser confundido com Joseph Kabila que é seu filho e o atual presidente da RDC desde 2001.

Os motivos ugandeses para a entrada no conflito relacionaram-se a um acordo anterior feito entre a Uganda e Laurant-Desiré Kabila em relação a questões de segurança. Como esse modelo geopolítico atuando no e sobre o Congo, em Setembro de 1998, o presidente da Uganda Yewori Museveni¹⁴ revelou que controlava os principais aeroportos do leste congolês para exigir garantias do Congo de que o Sudão e seu movimento de guerrilha não os utilizariam para promover ataques à Uganda. Os motivos fundamentais de Uganda estavam relacionados a influências políticas e comerciais no nordeste congolês onde já possuía vários acordos comerciais que garantiam grandes montantes direcionados à Uganda.

As tensões entre Hutus e Tutsis também aconteciam em Burundi, assim como em Ruanda. Os problemas econômicos dessas duas etnias eram significativos. O genocídio que aconteceu alguns meses antes em Ruanda, continuou por anos no Burundi, embora seja apenas conhecido e revelado pela mídia de Ruanda. O que aconteceu foi que os Tutsis dos três países (Ruanda, Congo e Burundi) deixaram suas rivalidades de lado em prol da ameaça gritante que os Hutus em território congolês significavam.

O Zimbábue declarou, então, apoio ao presidente Laurant-Desiré Kabila, quando a rebelião conquistava sucessivas vitórias. Os interesses de Zimbábue eram, antes de tudo, de ordem econômica, especialmente no setor de mineração, pois em troca de sua participação na guerra exigiu uma compensação financeira imediata ou se o dinheiro não estivesse disponível aceitaria concessões ou transferências diretas de recursos naturais.

O Sudão entrou no conflito por revanchismo à Uganda, acusando-o de apoiar o movimento de guerrilha no sul de seu país, chamado de Sudanese People's Liberation Army (SPLA). Porém, o Sudão foi um participante, de certa forma, indireto. Apenas apoiou o governo de Laurant-Desiré Kabila e também financiou o movimento de guerrilha Ugandês anti-Museveni, composto pelo Allied Democratic Forces¹⁵ (ADF), West Nile Bank Front¹⁶ e Lord's resistance Army¹⁷ (LRA).

¹⁴ Yewori Museveni é presidente de Uganda desde 1986.

¹⁵ Movimento de oposição ao presidente Museveni fundada desde 1995. É um movimento composto por membros principalmente de confissão islâmica e liderado por Jamil Mukulu.

¹⁶ Movimento anti presidente Museveni.

¹⁷ Movimento criado em 1988 que presa pelos valores da bíblia e que é liderado por Joseph Kony.

Angola, por sua vez, tinha interesse em impedir o UNITA¹⁸ de ganhar vantagens estratégicas no contexto da guerra civil congoleza, temendo que isso pudesse influenciar sua própria guerra civil (angolana). O UNITA, apoiado por Mobutu, estabeleceu bases no Congo antes da tomada de poder por Laurant-Desiré Kabila.

O envolvimento deste país é diretamente motivado pela amizade antiga dos presidentes Nujoma¹⁹ e Mubage²⁰, e teve início quando ambos combatiam pela liberdade contra a minoria branca que governava em seus países. Já Nujoma e Laurant-Desiré Kabila pertenciam anteriormente a grupos informais de discussão marxista quando estavam no exílio na década de 1960. Após ter tomado o poder, Laurant-Desiré Kabila beneficiou seus amigos com acordos comerciais favoráveis, com Nujoma formou um companhia de diamantes.

Os custos de guerra para a Namíbia foram modestos e refletem mais o engajamento simbólico do que a expressão de algum real interesse na guerra. Como percebido, a sobreposição de percepções individuais, assim como necessidades e interesses foram distintos e por isso devem ser analisados de maneira individual em cada parte deste conflito multifacetário internacional.

Os números das vítimas nesta guerra do Congo ainda não estão claros, porém estima-se que cerca de 250,000 mulheres²¹ foram estupradas e ou mutiladas durante o conflito armado. Esses estupros são seguidos de violências extremas como amputações, destruição do aparelho genital com objetos, decapitações ou enterro de mulheres vivas²². Em relatório da ONG internacional *Human Rights Watch*, foi confirmado que esses estupros decorrem de uma estratégia militar.

A OMS²³, outra instituição criada pela ONU para fins de saúde pública, calculou que desde 1998 houve 25.000 casos de estupros no sul da província do Kivu, 11.350 na província do Maniema, 1.625 em Goma e 3.250 em Kalemie²⁴. Esses números não são obviamente exatos, há muito mais casos de estupros não notificados, porém permitem nos situar frente ao problema da violência sexual nessa região.

¹⁸ União Nacional para a Independência Total de Angola.

¹⁹ Sam Daniel Shafiishuna Nujoma, presidente da Namíbia de 1990 até 2005.

²⁰ Robert Mubage é presidente do Zimbábue desde 1987.

²¹ Número vindo também do relatório do Alto Comissariado da ONU 2013.

²² Informações do documentário *The Greatest Silence: Rape in the Congo*, 2007.

²³ A Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma agência especializada em saúde 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas.

²⁴ Dados calculados de 1998 até 2013.

A UNICEF²⁵ informou que de 2006 para 2007 33% dos estupros foram de crianças. Apenas em 2007 a UNFPA contabilizou a ocorrência de 350 casos de estupros no norte do Kivu e que um terço desses estupros foram de crianças. E apenas no ano de 2008, a UNFA relatou a ocorrência de 3.060 estupros principalmente de mulheres no norte do Kivu e 515 no sul do Kivu²⁶.

O objeto de estudo deste trabalho trata do corpo feminino, de mulheres congolezas, instrumentalizadas para fins estratégicos de dominação. Logo tratará de conceitos negligenciados pelas teorias tradicionais de RI, a saber, as questões de gênero. Motivo pelo qual foram escolhidas para este trabalho as teorias feminista e feministas africanas, devido a notável falta de interesse e estudos por parte da comunidade internacional sobre esse conflito africano. E no que tange a estudar a invisibilidade destas mulheres africanas, serão analisadas com teorias pós-coloniais, e principalmente autoras feministas pós-coloniais. Nesse sentido, o trabalho procura apontar para as razões do conflito, sua origem e complexidade. Em seguida, a partir da teoria feminista procura-se mostrar a situação da mulher, que é o objeto principal estudado, em um conflito armado, como uma diferença de gênero socialmente construída que define as estratégias usadas durante este conflito.

A pesquisa foi elaborada com base em um estudo historiográfico, o qual se presta à promoção do embasamento sobre a origem da questão investigada e a contextualização do conflito. Há uma pluralidade de abordagens e teorias, porém todas de cunho das teorias pós-estruturalistas das RI.

O objeto de estudo deste trabalho é a instrumentalização do corpo das mulheres congolezas, explorados pelos beligerantes para fins estratégicos. De maneira tal, a pesquisa trata de dois conceitos negligenciados pelas teorias tradicionais de RI, a saber: as questões de gênero e as violências sexuais.

Um dos principais autores empregados para o desenvolvimento da pesquisa é Cynthia Enloe. A referida teórica embasa o modelo empregado através da noção de violência de gênero e cultura militar masculinista (2007). Esses dois conceitos vão ajudar a elaborar a ideia do trabalho em que os integrantes dos movimentos

²⁵ Dados vindos do relatório da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) excluídas e invisíveis de 2006.

²⁶ Informações relatadas em documentos da Amnesty International.

paramilitares²⁷ do conflito vão legitimar e reproduzir ideias impostas na sociedade e que vão ser aceitas.

Alem dela, outra autora das relações internacionais que tem uma contribuição significativa para este trabalho é Christine Sylvester. Ela se questiona especificamente sobre a mulher durante as guerras e as repercussões da guerra sobre a sociedade civil.

No debate a respeito do conceito de desumanização, devido ao caráter sistêmico e organizacional do estupro durante um conflito armado, o conceito de banalização do mal de Hanna Arendt é a principal referência teórica para analisar esse processo.

A objetificação da mulher vai ser tanto estudada pelas teorias de gênero como também pelas teorias feministas em relações internacionais. Baseando-se nos estudos de Tickner, com seu livro *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving International Security* (1992), Sylvester com seu livro *War as Experience: Contributions from International Relations and Feminist Analysis* (2012) e Enloe com sua contribuição ao desenvolvimento das teorias feministas em RI com seu livro *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Essas autoras ajudaram a teorizar sobre a marginalização da mulher em um conflito armado, mostrando a importância que o gênero pode ter nesse tipo de conflito.

Da mesma maneira, as elaborações teórico-conceituais de Pierre Bourdieu, usando entre outras de suas obras *A Dominação Masculina* (1999), será utilizada para analisar as questões da capacidade de ação autônoma. Assim, o estudo foca em situações nas quais os agentes atuam em diferentes processos de socialização conhecidos, especialmente presente na socialização primária, constituída de um conjunto de princípios para a ação, que, por sua vez, reflete as estruturas objetivas do mundo social no qual o agente se encontra. Na base da ação, há um conjunto de disposições que constituem o que Bourdieu chama de *habitus*²⁸. Para Bourdieu (1999), a ação do indivíduo é basicamente o produto de estruturas objetivas do mundo em que vivem, e moldando-os em um conjunto de disposições que vão estruturar suas formas de pensar, perceber e agir.

E, por fim, para concluir todas estas etapas de análise, as teorias feministas africanas e as teorias pós-coloniais ajudam a encontrar caminhos para compreender a

²⁷ O termo paramilitar se refere a um grupo de indivíduos vão formar uma armada, parecida com uma estrutura militar.

²⁸ A noção de *habitus* se remete à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes.

experiência de opressão e da invisibilidade da mulher africana e sua possível emancipação.

CAPÍTULO 1

1.1 CONCEITO DO ESTUPRO

A abordagem feminista trouxe a análise do estupro como parte de uma violência situada na fronteira entre os gêneros e suas relações, que se expressam, sobretudo, como relação de poder. A autora Susan Brownmiller (1975), no seu livro *Against Our Will: Men, Women and Rape*, mostrou que o estupro não é um ato de impulso sexual, mas sim o reflexo de um sistema patriarcal. Segundo a autora, a cultura machista e misógina da sociedade perpetua e legitima a violência sexual.

Desde os tempos pré-históricos até o presente, acredito, o estupro tem representado uma função vital; não é nada mais nada menos do que um processo consciente de intimidação através do qual todos os homens mantêm todas as mulheres num estado de medo... Como a arma básica de força contra as mulheres, o estupro, uma prerrogativa masculina, é menos um crime sexual do que uma chantagem de proteção; é um crime político, o meio definitivo de os homens manterem as mulheres subordinadas como o segundo sexo (Brownmiller, Susan, 1975. 15 p.)

Em momento de conflito armado, o corpo de uma mulher se transforma em campo de batalha. Para entender esse paradoxo entre guerra e questões sexuais é importante entender qual é o conceito de uma mulher em situação de guerra.

O estupro é um ato de dominação e poder sobre sua vítima. No século XVI, o crime de estupro passou a ser visto como crime de violência sexual, encarada, por sua vez, como roubo da castidade e da virtude. No caso da mulher congoleza, a mulher é quem mantém o lar, é por ela que a vida da comunidade é mantida. Ela cuida das crianças, dos trabalhos domésticos e de trabalhos no “campo”, como a colheita.

Diante do papel social realizado pelas mulheres para manutenção da vida comunitária, esse tipo de ataque sistemático contra as mulheres torna-se um meio para destruir a organização de uma comunidade e minar qualquer possibilidade de resistência. Tanto do ponto de vida psicológico, como também econômico e social. As agressões sexuais são cometidas, geralmente, na frente dos filhos, maridos, irmãos. Obrigando-os a ver suas esposas, filhas, serem usadas e humilhadas. E, em alguns casos, obrigam, por exemplo, os pais a contribuir na agressão sexual, por meio da

introdução de objetos nas partes genitais das mulheres, entre outros meios. Após uma cena de violência como essa, a comunidade masculina se torna enfraquecida. Tanto por ter presenciado tamanha brutalidade, como pelo fato de compartilharem de uma concepção segunda a qual essas mulheres, alvos dos ataques, se tornaram impuras, e, dessa forma, devem ser afastadas na comunidade.

Outra consequência é a econômica e social. Como será vista mais adiante, a natureza dessas agressões sexuais não é motivada por desejo sexual. Pelo menos não para cada mulher que é agredida. Essas agressões sexuais se tornam uma arma de guerra na medida em que ao tirar a dignidade de uma mulher, lhe fazer ser rejeitada pela sua comunidade, também enfraquecem a comunidade e minam a possibilidade de resistência por parte dessas. Além disso, o tipo de violência empregada no ato destrói o aparelho genital feminino. Dessa forma, conseguem afetar significativamente a reprodução biológica da comunidade atingida. Essas mulheres também são deliberadamente infectadas por seus agressores por doenças sexualmente transmissíveis.

Nesse campo de batalha, após seu estupro, muitas serão sequestradas e passam a viver na condição de escravas sexuais ou empregadas a serviço dessas milícias. Os agressores vão fazer delas objetos que podem ser usados para fins sexuais a sua disposição, além de cozinheiras e outras funções domésticas.

As vítimas de violências sexuais no Congo são múltiplas. Apesar de esse crime ser praticado majoritariamente contra mulheres, os homens também podem ser vítimas desses ataques. Não há um número expressivo de relatos de abuso contra o sexo masculino, contudo, essa realidade também pode ser menos conhecida pelo menor número de denúncias feitas por parte dos homens.

Nem todas as vítimas têm coragem de denunciar a agressão ou conseguem ter acesso a algum posto de saúde onde podem relatar o ocorrido. Muitos dos estupros acontecem em áreas distantes e durante o perigoso trajeto as vítimas terminam morrendo por conta dos ferimentos ou encontram outros agressores. Há uma violência de grande escala, caracterizada por um grau de violência e atrocidade extremamente elevado contra crianças de baixa idade. São muitos os casos de estupros de crianças de 1 a 2 anos de idade, além de muitos estupros de recém-nascidos. Em geral, crianças que também foram geradas a partir da prática do estupro são alvo privilegiado desse tipo de abuso.

No caso desse conflito armado que está acontecendo na RDC, à prática desses crimes atinge diferentes grupos sociais e é independente do pertencimento étnico, da idade, cor ou grupo militar.

As agressões sexuais cometidas durante a ausência de um governo efetivo são, em sua grande maioria, cometidas por homens. Porém, existem vários relatos de mulheres envolvidas no ato em si do abuso sexual, como também na ajuda para que tal ato aconteça.

Mas, ainda assim, em grande parte, os indivíduos do sexo masculino são os maiores responsáveis pelos estupros. A idade pode variar. Os relatos mostram meninos e homens, entre 9 e 60 anos. As crianças soldados passam por esse rito de iniciação como prática típica e obrigatória de sua vida de soldado. Isso lhes é ensinado como parte de suas atribuições no grupo. O uso de objetos durante a prática dos abusos sexuais, assim como o assassinato de suas vítimas é também frequente por parte dessas crianças soldados. Ao crescerem, os maus tratos às mulheres se torna uma prática comum e banal, incorporada às relações entre homens e mulheres e que é perpetrada por várias gerações.

As vítimas são escolhidas por pertencerem a comunidades que oferecem alguma resistência em relação ao domínio do território, já que a ocorrência do estupro facilita a aquisição do espaço. Segundo os testemunhos, depois disso ocorre um deslocamento forçado de populações, que cultivavam matérias primas importantes à manutenção do grupo. Mas há casos de estupro que não se encaixam nesse perfil, e não parecem ter um fim para além da prática em si, apenas pela lógica hobbesiana²⁹ de guerra de todos contra todos no contexto de um estado de guerra, onde há uma ausência da lei e da ordem social. O estupro é um processo consciente de intimidação através do qual todos os homens mantêm todas as mulheres debaixo do medo. (Brownmiller, 1975)

Esta autora não tem uma visão essencialista em que todos os homens são estupradores e todas as mulheres vítimas. Ela critica este problema de generalização do conceito de estupro e aponta para o fato de ao se generalizar uma categoria de fatos há uma demonização do homem. De acordo com sua perspectiva, o homem pode ser também uma vítima desta estrutura social que posiciona homens e mulheres em práticas de violência e, portanto, constituem uma categoria fundamental para construir um caminho para o enfrentamento dessa violência no combate a esta cultura do estupro.

²⁹ O termo hobbesiano usado de guerra de todos contra todos é visto aqui no sentido que sem um governo efetivo, não haverá punições, e logo, não haverá restrições dos comportamentos e atos.

1.2 IMPULSO SEXUAL OU RELAÇÃO DE PODER

O estupro é um dos atos no qual tanto o corpo do agressor está em uma condição de superioridade, quanto o da vítima de inferioridade. Não há meio termo no ato. Sempre haverá uma natureza de dominante e dominado. Esse ato, na maioria das vezes, tem como resultado danos físicos, fruto da violência empetrada, com graves consequências médicas. Mas, psicologicamente, um estupro representa, antes de tudo, a subtração dos elementos mais essenciais dos seres humanos. A saber, seu corpo e sua intimidade. O que nos remete a outros campos de análise. É um roubo que não poderá ter mais volta. Nesse ato, o dominado tem seu corpo invadido e que se torna objeto de sofrimento pelo poder imposto pelo dominante. O dominante tem o poder naquele momento, mas seu ato trará consequências para o decorrer da vida de sua vítima. Para Bourdieu (1984), é no corpo que vai se definir quem é o dominador e quem é o dominado. É pelo corpo que podemos ver quem é homem ou mulher e com isso identificar a posição cultural estabelecida para cada gênero. Ele entende que há uma corporificação da prática do poder, sendo, neste caso, o ser masculino o dominador.

Durante uma situação de conflito, é dito que se esses crimes ocorrem é porque o soldado está com estresse, foi efeito de álcool e drogas ou como expressão de necessidades libidinais. Porém, no decorrer desse trabalho, em RDC, podemos perceber que há elementos singulares e repetitivos.

Para entender esses elementos singulares é importante separá-los de um estupro que não ocorre em tempo de guerra, ou seja, um estupro não organizado, nem sistêmico ou orquestrado por um grupo de pessoas. Nesses estupros são flagrantes os elementos sexuais. Podem ser cometidos por pessoas de distúrbios sexuais, que apresentam fetiches ou obsessões por suas vítimas, ou outros motivos que remete a um campo de análise psicológico e não do objetivo deste trabalho. Contudo, os estupros fora do contexto de guerra também podem manifestar uma relação de dominação influenciada por uma cultura machista e misógina, como é o caso da Índia e tantos outros.

Mas vendo como ocorre um estupro de guerra, percebemos claramente técnicas diferentes. Os agressores têm um perfil bem diferente. Nem todos têm distúrbios sexuais ou fetiches, nem seriam agressores fora desse contexto de conflito. Há casos nos

quais “homens médios”³⁰, sem nenhum tipo de antecedente relacionado à prática da violência contra mulheres, ao entrarem em um conflito, iniciam um comportamento agressivo e participam de estupros sistêmicos.

Outro ponto é a exacerbação do conceito de gênero. No sentido de que a masculinidade, constituída a partir de elementos diferenciadores como virilidade e agressividade, vai ser ainda mais exacerbada no contexto do conflito. Haverá a necessidade de se afirmar como o indivíduo dominador, o que tradicionalmente, relaciona-se ao sexo masculino. Seguindo essa lógica do dominador que pode e precisa se afirmar, ele vai também buscar mostrar sua superioridade humilhando e estigmatizando o dominado. Isto ocorre por meio do ato da penetração em si e por atos de violência física brutal ou psicológica, como o fato de urinar ou cuspir sobre suas vítimas.

No caso da RDC, temos relatos de estupros em massa. De 20 homens sobre uma mulher, penetrando sexualmente tanto com seus órgãos sexuais quanto com objetos como galho, facas, armas, tiros. Um tipo de violência extrema que leva a vítima muitas vezes a um colapso, tendo seu aparelho genital totalmente destruído. Tais consequências são completamente compatíveis com os objetivos do ato: finalizar a capacidade de reprodução da vítima, levar a sua exclusão social e impossibilitar o empoderamento da comunidade contra os milicianos.

1.3 O ESTUPRO COMO FERRAMENTA DE GUERRA NO TEMPO E NO ESPAÇO

O estupro durante as guerras sempre foi uma prática associada à dominação. Contudo, só a partir da década de 1990 com as guerras da Bósnia-Herzegovina e Ruanda que se começou a pensar a necessidade de denunciar tal violência.

Há uma concepção enganosa de que esses casos de estupro só ocorrem em países “não civilizados”, que são barbaridades culturais que se manifestam em países distantes da cultura ocidental.

³⁰Este termo “homem médio” foi usado neste contexto apenas para simplificar um conjunto de elementos para poder caracterizar um homem que nunca cometeu crimes, nem violências sexuais, possivelmente pai de família, sem nenhuma atitude violenta.

Esta concepção é, em grande parte, resultado da falta de informação dos indivíduos. O estupro durante as guerras aconteceu nas mais diversas civilizações. Aqui estão alguns exemplos disto. Cada estupro estratégico varia de acordo com as metas político-miliares que se deseja alcançar.

Esta parte pretende fazer uma ligação com os estupros que ocorrem em uma região do congo com outros estupros que ocorreram em diversos períodos históricos e regiões. Pretende-se aqui demonstrar que não há cultura de estupro no congo, ou que tão pouco só ocorre em alguns lugares. Será mostrado aqui que há uma real estratégia nos estupro e que eles visam um fim específico. Esta parte sera embasada no livro de Raphaëlle Branche e Fabrice Virgili, *Viols en temps de guerre*³¹, 2011.

Os estudos sobre a antiguidade mostram claramente que as mulheres representavam uma propriedade. Era como se ao se apropriar de uma cidade conquistada, as mulheres, consideradas um patrimônio, também se tornavam um despojo de guerra. O acesso aos bens materiais dos povos derrotados em suas batalhas era uns dos mais importantes argumentos usados para motivar os soldados a irem à guerra. Ao combater e ganhar uma guerra, era garantido à posse de objetos valiosos, bem como das mulheres.

Sobre a Roma Antiga, o historiador Tito Livio relata como ocorreu o celebre episódio do rapto e estupro das sabinas. O relato do historiados sobre esse saque nos permite afirmar que desde desse período, o estupro não se resumia a um ato de impulso sexual; mas se constitui em uma prática que integra um tipo específico de estratégia político militar.

Há poucos relatos sobre a Idade Media, em geral. Consequentemente, sobre os estupros que ocorreram neste período histórico. No entanto, um relato de grande repercussão foi o estupro em 1747, em Culloden, de jovens escocesas pelo exército inglês. Os estupros foram públicos e sistêmicos. O objetivo era o de destruir aquela comunidade e sua estrutura social.

É nesse momento histórico que temos o primeiro relato oficial de como o estupro serviu para interesses político militares. O exército alemão estuprou civis belgas e francêses, assim como incendiou casas para criar um clima de terror nos três primeiros meses da guerra. O exército alemão usou o estupro como ferramenta de dominação, humilhação, extermínio étnico dos povos julgado por eles inferior. Porém, havia

³¹ Tradução nossa do francês: estupros em tempos de guerra.

oficialmente ordens de não se misturarem sexualmente com esses povos. Embora tivessem ordens militares de não estuprarem judias, por exemplo, para não reproduzirem judeus, o que pode ter freado um pouco a frequência dos estupros, há um número considerável de casos de estupro contra mulheres judias. Além dos estupros públicos, organizados e sistêmicos, havia nos guetos sistemas de prostituições.

O exército vermelho praticou deliberadamente, impulsionado pelas propagandas na rádio, o estupro como arma de guerra para disseminar o terror e a vingança dos saques alemães. Tanto nas populações eslavas, para impor seu domínio, como no sinistro e famoso episódio da chegada dos soviéticos em Berlim. Foi notificado o caso das mulheres sexualmente abusadas com idades entre 3 e 94 anos. As consequências foram drásticas para a população berlinense, aumentando o índice de suicídio em 1945.

Em 1937, o estupro de nankim foi uma forma institucionalizada de estupro, prostituição e escravidão cometida pelo exército japonês.

Após o estupro de italianas por soldados franceses as autoridades francesas declaram que “são as infelizes consequências de uma guerra”. O que mostra bem como o estupro durante um conflito é algo banalizado e que faz parte da cultura da guerra. São esses discursos que banalizam os estupros como se fossem apenas consequências da guerra, ofuscando o real sentido desses atos.

Cada violência sexual se adapta aos interesses político militares de uma determinada época e contexto. A repressão política e ideológica argelina tornou frequente a prática do estupro para se obter informações. Em Bangladesh, temos casos de uma violência extrema entre os grupos étnicos. Para controlar os territórios da Serra Leoni, Burundi, Congo e Libéria. Por fins de lavagem étnica e de depuração em grande escala na Bósnia, Kosovo, Sudão, Tchad e Ruanda. Com a finalidade de impor terror e repressão política na Colômbia, Guatemala, Haiti e Chile.

Apesar da 4ª Conferência de Genebra de 1949 sobre a proteção dos civis durante os conflitos armados, não houve, de fato, uma melhora na situação. Pelo contrário, a arquitetura dos conflitos mudou. A modernidade trouxe os conflitos para dentro da sociedade civil. Não há mais como um conflito permanecer restrito a certas áreas do território, como nas guerras napoleônicas que tinham hora e local exato para acontecer.

Na contemporaneidade, a guerra cada vez mais envolve a população civil. Os conflitos não são mais de estado para estado. Essas novas guerras se caracterizam por um descontrole no próprio governo, com um aparelho regulador enfraquecido ou inexistente, permitindo menos proteção à população civil. Por esse processo de guerras

mais urbanas, mais próximas, o inimigo não é mais um desconhecido. Eles podem se caracterizar como a própria força de polícia, o exército nacional, ou, simplesmente pelo fato por uma milícia, pessoas que as vítimas potencialmente conhecem.

Segundo os números da ONU, os números de agressões à população civil só fez aumentar com os anos. Enquanto na Primeira Guerra Mundial houve 10% de danos a população civil, em 1990 esse percentual aumentou para 90%. Isso porque o objetivo da guerra mudou. Hoje, uma guerra deve ser total. A estratégia é destabilizar toda a população. É daí que surge a concepção anterior que o estupro durante as guerra era um elemento de “ganho do soldado”, um despojo ou recompensa de guerra, embora já tivesse sido usado como estratégia de guerra, as guerras atuais, pelo menos a que é estudada nesse trabalho, no caso da RDC, são estupros sistêmicos e organizados, visando um objetivo político militar.

1.4 RELAÇÃO DE GÊNERO PERANTE UM CONFLITO

Durante um conflito armado, as diferenças de sexo biológico se tornam mais exacerbada. O papel da mulher congoleza visto nesta pesquisa como gênero social é acentuado pelo fato dela ser um elemento de coalisão social e articuladora da comunidade. A ideia é de mulheres pacíficas e homens guerreiros, como visto pela antropóloga Mead (1935). Porém, há relatos no conflito Ruandês de que as mulheres pegaram as armas e dizimaram os Tutsis tanto quanto os homens em nível de brutalidade, porém em menor quantidade.

Neste trabalho, os termos de homens e mulheres dever ser considerados como sexo social, ou seja, "grupos de homens e mulheres" pertencentes a "um sistema social" (gênero) com base em representações e práticas. Há uma hierarquia gerada pelo conjunto de relações de poder criando desigualdades de gênero, com uma supremacia de algum grupo.

Nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder (WEEKS, 2001, p.42).

As relações sociais entre os sexos são baseadas entre as performances e práticas, desenvolvendo assim as relações de poder, particularmente no que diz respeito a qual a capacidade social e política para impor qual é a definições de feminino / masculino.

A institucionalização dos padrões comportamentais surge desde nascimento por mecanismos de micro poderes. Como por exemplo, as cores predeterminadas para meninos e para meninas. Ao entrarem na escolha há um endotrinamento das atitudes e jogos atribuídos por um poder implícito ao comportamento que cada gênero deve adotar.

A construção sociocultural do papel do homem e o papel da mulher refletem diretamente nas limitações de liberdades individuais e ideias preconcebidas na construção da sociedade. Os indivíduos são associados a rótulos e padrões preconcebidos que, conseqüentemente, criam uma hierarquia do ser humano, tornando alguns inferiores a outros. Este é a criação de grupos minoritários, que, neste caso, se refere à mulher como inferior ao homem.

Os efeitos destes relatórios podem levar a várias formas de violência para um grupo minoritário. Além disso, quando eles estão localizados no nível macrossocial, as relações de poder são chamados de sistema de gênero (PARINI, 2006), isto é, a organização das relações de gênero em torno de questões cruciais como o controle da reprodução, divisão sexual do conhecimento e do trabalho e o acesso ao espaço político. Dentro de cada tipo de sistema, existem organizações específicas, nomeados de regimes de gênero por Lorena Parini. Segundo ela, embora existam variantes dos regimes de gênero, a grande maioria é machista, esse fato é uma constante no espaço e no tempo e, portanto, as sociedades humanas são sexistas (Parini, 2006, p.35).

A expressão assinala o que vem sendo cunhado como perspectiva construcionista em oposição a uma postura essencialista, que poderia ser imputada, por exemplo, ao termo de papéis sexuais. O conceito privilegia a dimensão de escolha cultural, pretendendo descartar alusões a um atavismo biológico para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas (Heilborn, 2004, p.19).

Se considerarmos o ponto de vista de Nicole-Claude Mathieu (1991), ela define grupo de mulheres como em um grupo minoritário e oprimido diante de um processo onde se ver uma dupla exclusão. A primeira, seria uma exclusão dentro de sua própria

sociedade e a segunda a exclusão "cruzada" entre as diferentes culturas (Mathieu , 1991 p. 10) . As relações de poder nascidas das relações de gênero criam uma hierarquia dentro da dicotomia mulheres / homens. Esta hierarquia nos leva ao conceito de dominação masculina. Em um de seus artigos, Jules Falquet (2011) inclui os textos e teorias de Nicole -Claude Mathieu sublinhando que:

as mulheres não são uma categoria biológica, mas uma classe social definida por relações de gênero, historicamente e variáveis geográficas , organizadas centralmente em torno de propriedade individual e classe coletiva de mulheres do que homens (...) (Falquet, 2011, p.195)

O conceito de dominação masculina foi especificamente dirigido por Pierre Bourdieu (1998) em seu livro de mesmo título. Ele explica como a dominação do homem ao longo do tempo tornou-se "natural" e "normal" evitando assim qualquer necessidade de legitimação do poder (Bourdieu, 1998). Ao abordar divisão sexual do trabalho, a estrutura do espaço e do tempo, Bourdieu enfatiza a dimensão simbólica da ordem social, baseada no conceito de dominação masculina (Bourdieu, 1998).

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritos na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo, em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo em que as naturalizam, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que eles engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos. (Bourdieu, 1998, p. 16)

A historiadora Ilana Löwy e a socióloga Catherine Marry estudaram os mecanismos que atuam para que a dominação masculina ocorra e se perpetue no tempo e no espaço. “Elas explicam como as desigualdades de gênero eram vista como “naturais”, inscrevendo-se na lógica científica , seja da biologia ou psicologia , tornando a discriminação um jogo “óbvio” e “inquestionável” (Löwy; Marry, 2007 , p.7) .

O conceito de dominação masculina de Bourdieu tem sido amplamente discutido. Nicole-Claude Mathieu entende que o termo certo seria opressão e não uma

dominação. No entanto, neste trabalho, falamos sobre a dominação masculina, como hierarquia entre o grupo dominante, os homens, e o grupo dominado de mulheres.

Embora o conceito de universalidade seja questionável e o princípio do relativismo cultural considerado importante, foi visto que de um ponto de vista espaço-temporal, o androcentrismo é uma propriedade de cada sociedade, embora apresente algumas variantes para cada sociedade. Para dar suporte a essa hipótese, conta-se com, entre outras teorias, a de Nicole-Claude Mathieu. A antropóloga estudou sociedades patrilineares e matrilineares - virilocais e / ou uxorilocais³².

Nicole- Claude Mathieu explica que o poder do masculinismo continua a ser importante em todas as sociedades, seja no campo da política e de outras formas de organização social. Isso nos permite dizer que ainda prevalece um poder masculino, mesmo se o parentesco ou local de residência é de domínio das mulheres. Mesmo que a sociedade seja matrilinear, o poder e constituição da sociedade estão fundamentados em regras do masculinismo. Parece que em tais sociedades, a maternidade serve apenas para dar à luz a crianças de ambos os sexos, e não para produzir biologicamente a sociabilidade dos homens (Mathieu, 2007, p.2). Entende-se com isso que o papel da mulher não é o de influenciar os discursos da sociedade, mas apenas de cumprir um papel que foi ditado pelo sexo masculino. Essa prática discursiva é organizada e sistêmica e permite pouca emancipação das mulheres por estas serem excluídas de determinados padrões comportamentais em um processo de exclusão que tem sido repassado entre as gerações.

Para explicar a constância da dominação de um grupo de homens, serão usados alguns trabalhos antropológicos, inclusive os de Paola Tabet com seu livro a construção das desigualdades dos sexos. Das ferramentas e dos corpos (1998)³³ e o livro de Meillassoux mulheres, porão e capitais (1982)³⁴. O autor mostra como o homem assumiu o lugar de protetor das mulheres e, em seguida, de dominador, tornando a mulher vulnerável (Meillassoux, 1982, 117). Com isso, há um discurso que condiciona a mulher a pensar e agir em prol dessa suposta proteção e, com isso, aceitar a exploração que a realidade masculinista vai impor. Assim, os homens e as mulheres têm

³²Patrilineares refere-se ao fato da descendência ser dada pelo pai, já matrilineares, a descendência é dada pela mãe como no caso do judaísmo. Os termos virilocais e uxorilocais são pelo primeiro o lugar em que o lar da família será o fato pai e o segundo o lar da família seria da mãe.

³³Titulo do livro por tradução nossa do francês. La construction sociale de l'inégalité des sexes. Des outils et des corps (1998).

³⁴Titulo do livro por tradução nossa do francês. Femmes, greniers et capitaux (1982).

um estatuto diferente na sociedade, com suas faculdades reprodutivas, estabelecendo a divisão sexual do trabalho. A antropóloga Paola Tabet enfatiza este ponto por este questionamento:

Precisamos de fato perguntar o que significa que um dos dois sexos tem o potencial para ultrapassar a sua capacidade físicas, com ferramentas que ampliam o controle sobre a realidade e sobre a sociedade, e o outro, ao contrário, é limitado ao seu próprio corpo, as operações com as mãos ou as ferramentas mais básicas em cada sociedade (Tabet, 1998, p.19).

Segundo ela, uma dominância de um grupo de homens sobre as mulheres se faz através da "domesticação da reprodução "(Tabet, 1998. P. 128), por meio do controle dos corpos das mulheres, bem como posse de ferramentas (Tabet, 1998. p. 9) e armas (Tabet, 1998. P. 66) pelos homens.

Na obra de Mead, *Sexo e Temperamento* (1935), seu objetivo foi mostrar que os traços do homem e da mulher são resultado do condicionamento social. De acordo com ela, a natureza é maleável porque obedece ao impulso que lhe foi comunicado pelo corpo social. Os povos Melanésios têm as características de personalidade próprias da civilização em que eles foram criados. Assim, os Mundugumor têm um temperamento brutal e agressivo, os Arapesh evitam atitudes agressivas e estão atentos às necessidades dos outros; e na sociedade Chambuli, a mulher tem uma posição dominante e o homem tem uma personalidade de um ser emocional.

A existência numa dada sociedade de uma dicotomia de personalidade determinada pelo sexo, limitada pelo sexo, pune em maior ou menor grau todo o indivíduo que nasce em seu âmbito. Aqueles indivíduos cujos temperamentos são indubitavelmente anômalos não conseguem ajustar-se aos padrões aceitos, e pela sua própria presença, pela anormalidade de suas respostas, confundem aqueles cujos temperamentos são os esperados para o seu sexo. Dessa forma, é plantado, em praticamente todo o espírito, um germe de dúvida, de ansiedade, que interfere com o curso normal da vida (MEAD, 1962, p.290).

Esta diversidade reflete-se no mesmo aspecto relativo em todas as civilizações, apesar das diferenças entre eles. Assim, elabora uma hipótese segundo a qual identifica

os princípios identificadores dos tipos de personalidades atribuídos a homens e mulheres na história: os meninos vão dominar as suas emoções e as mulheres podem se manifestar.

A partir de Mead, a antropologia estava pronta para o salto qualitativo do feminismo. Assim como as sociedades ocidentais que a produzem estavam prontas para uma radical reformulação dos géneros. O Antigo Regime Sexual acaba com décadas de atraso em relação às suas vertentes social, económica e política (Almeida, 2000, p.104).

Com a obra “O Segundo Sexo” (1949), Simone de Beauvoir analisa a construção histórica e social da condição de submissão da mulher. Ela identifica conceitos biológicos e argumenta com base em um materialismo histórico o conceito de “instintos biológicos femininos”. Em sua famosa frase “não se nasce mulher: torna-se” (1949), Beauvoir inaugura uma nova ótica de se pensar à feminilidade. Beauvoir entende a construção do género e do sexo como dado e com isto, deu o início de uma nova perspectiva sobre a mulher, saindo do modelo freudiano de “a anatomia é destino” (Freud). Para a autora, o género é a forma e o significado cultural que adquire um corpo em relação aos vários modos da aculturação.

De fato, para Freud, a mulher é explicada pela teoria psicanalítica que entende um sistema binário (masculino/feminino) e que concebe suas relações ou funcionamentos como dependentes diretamente apenas de um sexo, o masculino. É nessa perspectiva que é entendido o conceito de falocentrismo³⁵. Essa proeminência do falo reflete diretamente não só na psicanálise, mas também na Filosofia, na cultura e no campo social. Com isso, Freud impõe uma única razão, no caso, uma única verdade, fundamentando em um determinismo biológico a condição da mulher.

Judith Butler (1998) aprimorou de uma forma mais contemporânea as teorias de género. Butler se opõe as feministas ditas clássicas como Simone De Beauvoir. Isto por ela considerar que a teoria de Beauvoir é limitada e tem um carácter voluntarista. Isto é, que a autora interpretou e codificou o que é ser mulher de uma forma arbitrária e, além disso, Butler sustenta que a filósofa francesa usa implicitamente a noção de género. Para Butler, tornar-se mulher é um conjunto de atitudes propositivas, onde seriam apreendidas certas habilidades ou como ela chama de um “projeto”. Para Butler, o termo “projeto” é um processo de assumir um estilo corporal e um significado em que

³⁵Concepção em que o falo teria um valor superior e com isto geraria uma dominação masculina.

os gêneros são eleitos em algum sentido. Butler contrapõe essa maneira de entender a noção de “gênero” ao uso mais frequente de concebê-lo como passivamente determinado e construído pelo sistema patriarcal, marcado pela linguagem falocêntrica.

É nesse sentido que Butler diferencia seu modo de entender o gênero. Ela faz essa contraposição à visão que o gênero seria concebido por uma passividade e que seria determinado e construído pelo sistema patriarcal, ou como ela chama, falocêntrica. O corpo nunca pode ser totalmente negado: emerge como uma existência alienada e sua negação (Butler, 1998, p. 17-18).

O termo patriarcalismo refere-se a um sistema de organização de uma sociedade em que o homem seria seu organizador. É a diferença da matriarcalismo em que a mulher seria o ente organizacional da sociedade. Porém, o termo patriarcalismo não será usado nesta pesquisa, deixando lugar para o termo masculinismo. Isto porque o conceito de patriarcado é vago e não permite um amplo entendimento da análise sobre a dominação masculina. Já o masculinismo permite identificar as relações de poder de uma sociedade em que o homem seria o ente dotado do poder legítimo.

Nisto, podemos entender o masculinismo na base da teoria de microfísica de poder de Michel Foucault (1979). Esse autor, ao analisar as formas discursivas e disciplinadoras do poder, desloca o poder dos aparelhos jurídicos do estado e identifica-o dentro das microsferas sociais. O poder para Foucault seria relacional e agiria de forma sutil, tornando nossos corpos disciplinados segundo a ordem vigente.

1.5 GUERRA, PRÁTICAS DE PODER MASCULINISTAS POR OUTROS MEIOS

O masculinismo é um sistema no qual é mantido práticas de dominação com o objetivo de manter a mulher em uma situação subalterna. O estupro é apenas umas das formas de como se manifesta a violência em um sistema masculinista. Que pode se manifestar também por ameaças, violências verbal e psicológica, entre outras.

Os estupros que acontecem em tempos de guerras são uma exacerbação das práticas de desigualdade e violência que as mulheres vivenciam em períodos de paz. Isto é, em um momento de conflito armado, práticas violentas tendem a ser ainda mais banalizadas.

Ruth Seifert (1994) entende que o que diferencia os estupros em tempos de paz o de guerra é que além de serem regidos por uma cultura misógina eles também são generalizados e sistêmicos. Além disso, Brownmiller (1980) entende que durante uma guerra, os agressores se tornam homens extraordinários por possuírem o poder das armas. Isto reflete a ideia de que a militarização é um elemento presente na guerra que carrega em si mesmo todos os valores misóginos, tornando a violência sexual durante um conflito armado um meio político ou um direito do guerreiro.

No seu livro *Sexism and the War System*, Betty Reardon (1986) mostra como os valores e ideologias militares são dominantes dentro da sociedade. O conceito de militarismo legitima a guerra como sendo por interesse de segurança nacional. O uso da violência, ou como diria Max Weber (1919)³⁶, o uso legítimo da força é uma desculpa para atos violentos, que, segundo argumentam, seria um mal necessário para manter o bom funcionamento do Estado.

Esse militarismo é também legitimado e criador de um discurso dicotômico “nós/outros”, ou seja, de criação de um inimigo que só pode ser neutralizado com o poder bélico. O militarismo além de ter um impacto sobre gastos econômicos, de decisões e intervenções, ele tem relevância em questões de relações sociais entre homens e mulheres.

O livro de Andrée Michel (1995), chamado de “*Militarisation et politique du genre*”³⁷, mostra como as instituições militares estruturam as condições de opressão entre homens e mulheres.

A militarização se sustenta sobre uma cultura de guerra que podemos considerar como uma política de gênero, na medida onde ela se opõe e se amplia na dominação dos homens e das mulheres e ignora ou meprisa as aspirações das mulheres com a dignidade, a liberdade e o bem estar. (Michel, 1995, p. 26-27)

Para esta autora, a militarização contribui para perpetrar os estereótipos de identidades masculinas e femininas ditadas por uma sociedade patriarcal. A autora feminista das relações internacionais, Enloe (1983) analisa que quanto mais militarizada

³⁶ Em 1919, Max Weber faz um ensaio chamado “a política como vocação” em que ele faz uma definição que se tornou clássico na concepção política ocidental usando o conceito de *monopólio da violência* ou *uso legítimo da força*.

³⁷ A tradução nossa: a militarização e a política de gênero.

é uma sociedade maior é o nível de violência cometido contra as mulheres. Cynthia Enloe, no seu livro “Maneuvres: The International Politics of Militarizing Women’s Lives” mostra que a militarização carrega valores nos quais a violência masculina é um caráter natural e à mulher é destinada ao papel de servir ao homem guerreiro.

Brownmiller (1980) e Seifert, (1994), mostram nos seus respectivos livros que durante uma guerra a mulher se torna um comodismo do homem. Ou ela vai ser estuprada ou vai se prostituir por falta de opção de acesso a ganhos financeiros. Esses dois elementos mostram o quanto a cultura militarista em tempo de guerra se utiliza de uma prerrogativa masculinista para garantir o direito e dever de satisfazer a posição de dominação dos homens frente às mulheres.

Na ocasião de uma guerra de invasão de território, quando os soldados invadem o lugar, as mulheres do inimigo se tornam um objeto para se vingar e aterrorizar a população conquistada. Além disso, há também a ideia de que para conquistar melhor o território e criar um êxodo da população, a violência contra as mulheres, consideradas, sob muitos aspectos, o motor da vida comunitária, surge como mecanismo para tornar a invasão mais eficaz.

Susan Brownmiller (1980) escreve que o estupro durante as guerras representa um troféu do guerreiro que conquistou um novo território e a objetificação de uma propriedade do inimigo, a mulher. Nesse sentido, o corpo da mulher se torna um campo de batalha onde há uma bandeira da vitória para uns e a derrota para os outros.

Além de serem usados para invasões e recompensas dos soldados, os estupros podem ser usados como armas de limpeza étnica ou de genocídio. Isto com o objetivo de acabar psicologicamente, moralmente, demograficamente com a comunidade ao eliminar os laços sociais de uma população por motivos religiosos, políticos, étnicos ou cultural. A autora Véronique Nahoum-Grappe (2000) mostra que o estupro em tempo de guerra pode representar mais além de uma destruição física. Este ato visa uma estratégia que vai disseminar o fracasso na população e em suas instituições governamentais.

A ação genocidária vai também eliminar o inimigo no seu futuro. Isto é, ao estuprar ou destruir o aparelho genital feminino impossibilitando qualquer tentativa de reestruturação da comunidade após o ataque. O estupro também supõe a possibilidade de danos provenientes da contaminação pelo vírus HIV, ou outras doenças sexualmente transmissíveis, ou ainda uma gravidez indesejada que trará uma criança indesejada para a comunidade; e o segundo caso mostra que ao destruir o aparelho genital não há possibilidade de reprodução e logo haverá uma perda demográfica da população.

Nahoum-Grappe (1997) mostra que o estupro de gravidez forçada faz parte da ideologia patriarcal que considera o corpo feminino como um território. Ela quer dizer com isso que a mulher tem apenas uma função de reprodutora em tal perspectiva. É a partir do corpo dela que é possível possuir no futuro da identidade deste território, já que é no seu corpo que nasce e renasce sua comunidade.

Além disso, Nahoum-Grappe (1997) mostra que embora a mulher tenha uma função de reprodutora da comunidade é pelo o homem, pelo entendimento de uma patrilinearidade, que se tem a transmissão da identidade coletiva. Entendendo isso, podemos analisar que quando um homem estupra uma mulher e a obriga a engravidar ele vai tanto ter uma possessão do seu corpo como também ter a posse da reprodução do grupo que ao qual essa mulher pertence. Podemos ver esse tipo de estratégia militar no caso da limpeza étnica dos sérvios com as mulheres bósnias durante o conflito armado, bem como o caso da guerra do Bangladesh. No seu livro, *Gender and Catastrophe*, Ronit Lentin (1997) argumenta que esses estupros foram cometidos sistemicamente para enfraquecer a nação Bangalíe. Esse exemplo mostra como o estupro pode ser um mecanismo de genocídio por meio da destruturação familiar e da coesão social.

Em muitos casos nos quais ocorreu a gravidez após o estupro, essas crianças são vistas como a vitória e o símbolo do inimigo sobre o “outro” conquistado. Logo, essas crianças são estigmatizadas pela comunidade e não são integradas. Esta gravidez tem um caráter de visibilidade da dominação do outro. Em outras palavras, é a corporificação do poder que os inimigos exerceram sobre os “outros” e sua implantação visível e permanente na comunidade.

O estupro na guerra tem repercussões em todos os aspectos da vida das mulheres, incluindo a sua saúde, status sócio econômico e as relações sociais. Pesadelos, suicídio, ostracismo, isolamento, sentimentos de culpa e vulnerabilidade são conseqüências comuns de estupro em tempo de guerra. O estupro também faz com que as mulheres sofram graves lesões físicas, tais como infecções genitais, hemorragia interna, fístula, incontinência, infertilidade, gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV / AIDS. Esses danos são frequentes e planejados para invalidar a vida da mulher após o estupro.

Outro fator complicador relativo ao estupro em tempo de guerra é que não há garantia de segurança após o ataque. Muitas vezes as mulheres sofrem com a deportação e o exílio e não encontram um lugar para receber os cuidados necessários com segurança. Além disso, o acesso a cuidados médicos após o estupro pode encontrar

outras barreiras como a distância e ser inexistente, em alguns casos. Muitas vezes, no caso da RDC, os estupros acontecem em aldeias distantes e os postos de saúde ficam a várias horas ou dias das vítimas. Muitas mulheres terminam morrendo antes mesmo de conseguirem chegar ao posto médico ou são estupradas novamente durante a ida ao posto.

O documento da HRW (2002), *The War Within the War: Sexual Violence against Women and Girls in Eastern Congo*, revela que durante o conflito armado na República Democrática do Congo, muitas mulheres têm sido rejeitadas por suas famílias e suas comunidades depois de serem estupradas. Há vários casos em que as próprias famílias não as aceitavam de novo em casa por terem sujado a honra da família. Em outros casos, o marido toma outra esposa e coloca a estuprada em uma posição subalterna. Este exemplo ilustra como há uma marginalização e estigmatização social contínua das mulheres que são vítimas dos estupros.

CAPÍTULO 2

2.1 NOVA VISÃO DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

Nessa parte será discorrido o processo que levou a mudanças para se pensar o sistema internacional. Na segunda metade do século XX, houve a emergência de novos modos de se pensar o mundo e a emergência por meio da crítica das teorias positivistas de novas dimensões sociais, filosóficas e políticas.

As abordagens positivistas entendem a realidade a partir de leis objetivas e universais. Esta abordagem concebe que um estudo só pode ser elaborado por meio da neutralidade. Segundo Bourdieu (2001), essas realidades se tornam uma “imposição à visão legítima do mundo social, ou melhor, pelo reconhecimento (...) que confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, de sua significação atual, e na direção na qual ele vai e deve ir” (Bourdieu, 2001, p.226). Para Bourdieu, não se implicar em uma pesquisa, estudando algo de uma forma objetiva, sem considerar os agentes da pesquisa, seria considerar um mundo social como uma “coisa”.

O problema com as teorias positivistas é que partem de pressupostos (por exemplo, sobre a natureza humana) que são colocados fora de qualquer debate e tratados. (Nogueira; Messari, 2005. p 189)

Na disciplina de relações internacionais, o pensamento positivista foi o paradigma em vigor até a década de 1950, apenas na década de 1980 tem lugar à chamada “virada construtivista”. A inovação produzida pela teoria construtivista foi à incorporação aos estudos de RI de uma dimensão maior para entender socialmente a política mundial. Este debate Inter paradigmático deu início ao chamado “terceiro debate”.

O Terceiro Grande Debate das Relações Internacionais critica as teorias tradicionais, tanto aquelas derivadas do Realismo quanto do Liberalismo. A base deste Grande Debate encontra-se na nas bases do pensamento marxista e neo-marxista. Este debate preocupa-se com a epistemologia vigente das escolas tradicionais de relações internacionais. Pode ser definido também como um debate entre os racionalistas e

reflexivistas. Iniciado por Robert Keohane em um debate na Associação Internacional de Estudos em 1988, pode ser visto como uma contestação epistemológica e não ontológica.

O terceiro debate é uma crítica à hegemonia do pensamento chamado positivista, e que mesmo nos dias atuais ainda tem muita importância na disciplina. Existem duas principais teorias positivistas: realistas e liberais. Ambas partem do pressuposto de que o sistema internacional é anárquico, ou seja, há uma ausência de autoridade acima dos Estados. O ente mais importante das teorias positivista é o uso da soberania que seria a única garantia de organização dentro de um estado-nação. Com esta visão de mundo anárquico, a teoria realista foca sua contribuição na elaboração de teorias sobre a política internacional, com foco na manutenção do poder do estado, na importância das fronteiras territoriais e dos recursos militares e econômicos.

A vertente liberal parte dos mesmos pressupostos de racionalidade como garantia de segurança da comunidade política. Essa abordagem tem uma grande preocupação com questão de custos e benefícios na cooperação entre os países.

Existem duas características comuns a vários realistas, mas que não são propriamente conceitos: a primeira é a ênfase no que acontece no sistema internacional, o que se traduz por considerar que o que ocorre dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais. É o que alguns chamam da imagem do Estado como uma caixa preta. A segunda é um pessimismo pronunciado e definitivo em relação à natureza humana. (Nogueira; Messari, 2005, p. 23 e 24)

Em contraposição às teorias ortodoxas, a chamada virada construtivista busca uma maior preocupação com a construção social da política mundial, ao invés de teorias focadas em questões de segurança. Os teóricos desta abordagem criticam os liberais e realistas por eles conceberem o sistema internacional sem seus aspectos históricos e sociais. E que os únicos elementos que devem ser estudados são definidos pela competição por recursos materiais e pela racionalidade dos atores estatais. Essa mesma corrente teórica também é criticada por não ter uma noção de tempo e espaço, no sentido dessas teorias ortodoxas não buscarem contextualizar suas afirmações em estudos e pesquisas. Têm, de fato, tratado de uma forma arbitrária os estudos realizados, baseando-se em teorias vigentes em relação a conflitos ocorridos na Grécia antiga,

como a guerra da Peloponeso, ou em teóricos como Maquiavel, Hobbes, que não teorizaram sobre tipos de conflitos atuais.

Os pós-positivistas questionam as premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas das teorias tradicionais da disciplina de Relações Internacionais. Este questionamento das teorias vigentes das RI surgiram nesse momento histórico por ter acontecido diversas mudanças significativas na ordem do sistema internacional. Após o fim da bipolaridade que era focado em conflito ideológico de duas grandes potências antagônicas, os estudos de RI não estavam mais focados em rivalidades ideológicas, mas em estudos interestatais. Após o fim deste condicionamento de mundo dividido em dois pólos, surgiram novos tipos de ameaças, de atores, modelos econômicos e sociais.

Tal cenário é caracterizado pela globalização financeira, destruindo os conceitos de fronteiras estabelecidas e modelos geopolíticos clássicos. O mundo se tornando uma aldeia global (Giddens, 2001), e necessitou de novos instrumentos para analisar, estudar e prever o sistema internacional (Castro, Thales, 2005).

Os teóricos pós-positivistas, em RI, irão analisar as normas e instituições a partir das quais agem os Estados. Levando em consideração atores não estatais, questões de gênero, identidades estatais, culturais, entre outras coisas. Atores domésticos e externos, que podem diretamente condicionar o sistema internacional.

A visão construtivista das RI trouxe três conceitos básicos, teorizado por Cox. A estrutura vertical das RI, relação Estado e Sociedade Civil, e a dinâmica do processo produtivo. Para explicar a estrutura vertical de poder nas relações internacionais, Cox, utiliza o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci. No entanto, a ideia de hegemonia de Gramsci, é totalmente diferente do que é entendido como hegemonia das teorias tradicionais de RI.

A realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico (Gramsci, 1978, p. 52).

Ao transpor esse conceito para a política internacional, pensa-se na capacidade de um Estado de ter poder de coerção sobre outros Estados para seguir ideias e instituições ditadas por esse Estado dirigente. É após o terceiro debate que a categoria de gênero ganha espaço para poder ser um ente estudado na disciplina de RI.

Para poder entender como aconteceu os estudos de gênero em RI, deve ser entendido seu processo teórico a partir de três autores que fizeram uma ponte entre positivismo e pós-positivismo, seus limites e suas contribuições, a saber, Wendt, Onuf e Kratochwil. O construtivismo não será contemplado nesta pesquisa porém a contribuição do feminismo nas relações internacionais se dá pelos trabalhos pioneiros desses autores que abrem novos horizontes para a disciplina.

Outra contribuição para os estudos de RI são as teorias pós-modernas. Os autores pós-modernos de RI vão denunciar que há uma articulação nas teorias tradicionais de relações internacionais em silenciar outras perspectivas do cenário internacional. Essa imposição de qual é o modo de se estudar as RI cria uma relação de dominação e dicas o que deve ser estudado.

É com a escola de Frankfurt que surge uma nova linha de pensamento crítico acerca das articulações sociais. O termo teoria crítica foi usado pela primeira vez em 1937 em um artigo de Max Horkheimer. Outros autores importantes desta linha de pensamento são Theodore Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. É uma linha de pensamento influenciada pelo marxismo. Logo, pode-se dizer que a teoria crítica tem sua essência em pressupostos marxistas, porém não é considerada uma teoria marxista. A preocupação central da teoria crítica é a questão da emancipação.

A teoria crítica pretende ser uma compreensão totalizante e dialética de uma sociedade humana em seu conjunto e, para sermos mais exatos, dos mecanismos da sociedade industrial avançada, a fim de promover sua transformação racional que leve em conta o homem, sua liberdade, sua criatividade, seu desenvolvimento harmonioso em colaboração aberta e fecunda com os outros, ao invés de um sistema opressor e sua perpetuação (Reale, 1991, p. 839).

Max Horkheimer é o percussor desta escola de pensamento. Ele influenciou diretamente os outros teóricos críticos. Sua contribuição fundamental é a dialética do esclarecimento (1942). Nessa obra, ele aborda o conceito de racionalidade instrumental para construir sua crítica. Para Horkheimer o único meio de poder se emancipar seria questionar a realidade e não ficar preso, como dizia Nietzsche a uma “moral do rebanho”, seguindo ordens preestabelecidas pelo poder decisório.

Habermas entende que deve haver uma racionalidade com objetivos de universalidade e que esta deve acompanhar as mudanças e exigências dos tempos. A

razão vigente que denuncia Habermas como condicionante é a razão cartesiana. Segundo Habermas ela condiciona uma visão do mundo racionalista, reducionista, manipuladora e opressora, porque essa racionalidade formulada por Descartes só está preocupada com os fins. Habermas propõe um conceito plural de racionalidade. Seria uma razão baseada em direitos e deveres e não um ser condicionado pela ordem estabelecida.

Em suma, a influência das imposições dos interesses de grupos específicos na produção de conhecimento é vista como um fato que impede a emancipação. A visão do mundo moderno se torna travado, sem poder obter uma emancipação por conta da dominação de uma linha de pensamento vigente.

Para Horkheimer há uma ligação entre conhecimento e poder. Para ele, conhecimento e poder são o resultado das forças sociais. Desta forma, só com o entendimento e transformação das realidades sociais, se poderia pensar em uma emancipação humana.

Os teóricos críticos vão rejeitar as ideias de neutralidade axiológico-epistemológica das teorias tradicionais. Para esses teóricos, a neutralidade em relação ao objeto de estudo resulta em erros de entendimento e negligência dos elementos implicados no estudo. O que tornaria um estudo distante e destituído da capacidade de se transformar em um meio de emancipação. Seria apenas um estudo descritivo, sem a compreensão dos elementos subjetivos, constituindo-se em uma análise anacrônica e descontextualizada.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DAS FEMINISTAS NAS TEORIAS DE RI

Foi após a emergência do debate entre positivistas e pós-positivistas, que se viu a possibilidade de se pensar em questões de gênero nas RI. A partir desta crítica às bases epistemológicas, pressupostos básicos usados para se pensar às relações internacionais passaram a ser questionados. Porém, há diferentes maneiras de se pensar o feminismo nas relações internacionais. Vai das do feminismo chamado *feminist stand point*, as que reivindicam mais participação de mulheres na área internacional, até as feministas pós-modernas, as feministas marxistas, e muitas outras abordagens.

Como muitas feministas não acreditam ser possível separar pensamento e conhecimento de ação, elas afirmam que a pesquisa feminista não pode ser separada do movimento histórico pela melhora da vida das mulheres de onde surgiu a pesquisa. (TICKNER, 1997, p. 9).

A autora internacionalista Tickner teve uma grande contribuição para a implantação do feminismo nas RI. Ela publicou em 1997 na revista *International Studies Quarterly* um artigo que impulsionou o feminismo nas RI. O artigo não foi muito bem aceito pelos teóricos positivistas, pelos motivos que Tickner atribui, em parte, à ignorância dos estudiosos de relações internacionais quanto às questões de gênero, e, talvez, ao desejo de proteger os conceitos fundamentais da disciplina contra críticas às teorias vigentes. Temos também a contribuição do Professor Fred Halliday que coloca em uma pequena parte da sua obra *Repensando as Relações Internacionais* (1999) o tema da participação das mulheres no sistema internacional. Para Halliday, o silêncio sobre os avanços feministas na área das relações internacionais durou até o fim dos anos 1980.

Como modelo de comportamento humano, a descrição hobbesiana dos indivíduos no estado de natureza é, no mínimo, parcial; algumas feministas têm argumentado que tal comportamento poderia ser atribuído somente os adultos do sexo masculino, porque se a vida tivesse que continuar por mais de uma geração no estado de natureza, as mulheres teriam que estar envolvidas em atividades de reprodução e criação dos filhos, e não em jogos de guerra. Atividades de reprodução requerem um ambiente que permita a sobrevivência de crianças e um comportamento interativo e acolhedor. (Tickner, 1992, p.45)

Os diálogos que ganharam força na década de 1990, por autores como Tickner ou Sylvester, mostraram a importância de se considerar o feminismo nas RI e serviu também para redefinir e desconstruir os estereótipos existentes a respeito das abordagens feministas. Entre essas ideias estabelecidas, Tickner fala sobre a “natureza” pacífica da mulher contra a também natural “belicosidade” masculina. Essa visão de que mulheres são naturalmente calmas, ou pacíficas se torna uma imposição, uma visão estereotipada introduzida nos estudos feministas. Ao contrário dessas correntes feministas radicais como, que argumentam a favor desta determinação da natureza dos

gêneros, Tickner desconstruiu esta visão das mulheres dando um exemplo simples, como o caso de Margaret Thatcher.

Quando se fala em sexo, se fala em biologia, e não em relações sociais e de poder. Quando se fala em gênero, se fala de uma construção social que define a masculinidade e a feminilidade (Nogueira; Messari, 2005, p 227)

A autora Sandra Whitworth (2004) argumenta que a tradição dos estudos de relações internacionais não foi fundada em uma disciplina que abordaria a questão da mulher. Eram inicialmente estudos voltados para questões estatais, governamentais, em que apenas homens eram incluídos. Há um *mainstream* do que é e deve ser estudado na disciplina de relações internacionais. As autoras feministas vão de oposto com este *status quo* e por consequente são consideradas autoras sem credibilidade ou irrelevante pra aprimorar o campo de estudo.

Para um acadêmico que usa dos pressupostos tradicionais das RI, a categoria de gênero é apenas uma ferramenta de criticismo, mas não é uma abordagem científica que permite entender os problemas reais das relações internacionais.

Cynthia Enloe no seu livro *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics* em 1989, foi a primeira a teorizar sobre o papel da mulher na política internacional. Neste livro ele vai interrogar as questões governamentais, guerras, segurança e militares sobre qual o papel da mulher nestes cenários. Ela aponta também as falhas das visões tradicionais entendendo apenas parcialmente a política internacional.

Enloe é uma das autoras principais desta pesquisa por ela ter estabelecido as bases da questão de gênero em um conflito armado, vendo a importância do masculinismo na militarização e denunciando as dicotomias de gênero em segurança internacional.

Christine Sylvester traz uma contribuição inovadora nos estudos de guerra com sua obra *Masquerades of war* (2013). Neste livro, ela mostra como a sociedade civil busca sobreviver. Ela mostra que em um período de guerra, suas atitudes vão se moldar a situação. Ela aponta que as estratégias dos atores nos conflitos podem chegar a criar uma nova identidade, buscar status com as forças armadas para se proteger e por fim, que em algumas situações, as mulheres voluntariamente se submetem ao estupro para

agradar algum chef militar. Nisto, elas tentam ter um status de namorada, ou mulher de companhia, para ampliar suas chances de sobrevivência no conflito.

Sylvester trouxe com o livro *war as experience* (2012) uma nova compreensão da guerra e dos estudos de relações internacionais. Ela inova a linhas de pesquisa das relações internacionais mostrando um aspecto da guerra até então não estudado que são os aspectos físicos e emocionais da guerra. Neste livro a autora analisa várias situações de conflito, como a disputa entre Israel e Palestina, a Guerra Fria, Vietname, Nicarágua, as guerras de independência na África, o genocídio em Ruanda e dos Balcãs, e por fim as guerras ditas como “contra o terrorismo” no Afeganistão e no Iraque.

Ela demonstra que a guerra é vivida como uma política baseada no corpo e, assim ela introduz uma nova maneira inovadora e desafiadora para as teorias tradicionais de guerra nas relações internacionais.

2.3 TEORIAS FEMINISTAS DE RI SOBRE O ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA

Durante os conflitos os estupros foram por muito tempo considerados como efeitos colaterais. E esses estupros foram banalizados e deixados de serem analisado por serem considerados como consequência inevitável dos impulsos sexuais dos homens.

Os estudos feministas nas relações internacionais mostram que esses estupros pelo contrário são um meio para se chegar a um cálculo de estratégia militar. Internacionalistas feministas, como Cynthia Enloe e Megan Mackenzie estudaram as violências sexuais feitas no cenário internacional na ótica de estratégias militarizadas. No seu livro *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives* Cynthia Enloe entende que há três formas de estupros que acontecem durante os conflitos armados. Os de militarização são os estupros em nome da segurança nacional e os estupros sistêmicos e em massa. É importante distinguir que os estupros “militarizados” ou como será dito nesta pesquisa estupros em tempo de guerra (não são apenas militares que estupram, há também civis) embora tenha um caráter sexual, ele não é fruto de desejos sexuais, mas sim imposto como mecanismo de relação de poder buscando aplicar uma estratégia militar.

O estupro militarizado é visto como uma prática de lazer do soldado, semelhante à prostituição. A dificuldade de identificar esse tipo de estupro é que muitos soldados vão considerar legítimo o abuso dessas mulheres por eles estarem prestando serviço à autoridade do estado. Essas mulheres vão ser chamadas de mulheres de reconforto. Como se haveria uma ideia de que seria um repouso do combatente e que a relação sexual é algo necessário para o combatente.

Em exemplo disso temos os relatos dos estupros de Nankim. Usaram mulheres para alcançar três objetivos do exército e do governo japonês. O primeiro seria de reduzir o risco de estupro por soldados sobre a população civil, a outra seria para reduzir as tensões entre o exército e as diferentes populações japonesas e por fim manter a moral das tropas. Ao seleciona respectivamente algumas mulheres para participar deste vasto sistema de prostituição, os líderes poderiam controlar a sexualidade de suas tropas, cumprindo esses objetivos estratégicos.

Estupro em nome da segurança nacional é usado sob o pretexto de apoiar uma política do estado. Ela ocorre em países autoritários para impor a sua população um modelo de sociedade que lhe convém. Busca-se modelar a identidade da mulher por meio do medo de serem esturpadas. Ela da o exemplo do governo de Augusto Pinochet (1973-1990) que usou da disciplinação das mulheres para reestruturar a sociedade chilena. O governo chileno queria impor um modelo em que a mulher teria uma função de mulher dona de casa reprodutora. Nesse sentido, podemos afirmar que o governo chileno usou a “arma” do estupro para humilhar e desumanizar a mulher para poder torna a mais maleável e submissa.

Os estupros sistêmicos e em massa ocorrem geralmente em um contexto de limpeza étnica ou deterritorialização, muitas vezes em uma guerra civil. Há vários exemplos recentes, incluindo o da guerra da Bósnia e da guerra civil em Serra Leoa. Embora cada conflito tenha suas peculiaridades, estudar alguns deles nos permite entender e explicar como ocorre esse uso do corpo como uma arma de guerra.

Na guerra da Bósnia (1992-1995), período em que houve cerca de 30 000 e 50 000 mulheres esturpadas foi pela primeira vez feita uns estudos de diversas organizações internacionais como as Nações Unidas, União Europeia, Anistia Internacional, entre outros. A comissão nomeada pelas Nações Unidas mostrou pela primeira vez a existência de alguma natureza estratégica de estupro em zonas de guerra, contrariando a idéia de misoginia primitiva, que seria intrínseco aos soldados. Em uma tentativa de entender por que um governo (ou qualquer grupo) adota essa estratégia,

Megan Mackenzie (2012) explica que, quando um homem ataca a mulher, ele busca ameaçar a estrutura patriarcal da família de seu inimigo. Ela diz que a violência sexual (incluindo o estupro) demonstra a importância das noções de nacionalismo, de estabilidade e de segurança.

O ato de estupro cumpre um objectivo estratégico como a ameaça de contaminação por HIV, ou outras doenças, como também a exclusão da mulher pela comunidade e pela família. O estudo que Mackenzie desenvolveu no seu livro *Female Soldiers in Sierra Leone: Sex, Security and Post-Conflict Development* (2012), relaciona este fato como resultado da guerra civilna Serra Leoa, também mostra que as mulheres que são estupradas raramente falam sobre as suas experiências por medo de rejeição. Isso às vezes leva a resultados paradoxais. Nos países da África Ocidental, algumas mulheres temem serem marginalizadas e abandonadas se denunciarem suas agressões, então se casam com os seus agressores. De acordo com Mackenzie, estes casamentos se tornam uma garantia de segurança, porque eles permitem que as mulheres voltem a uma estrutura social estabelecida.

Esta estratégia também é usada às vezes para fortalecer os laços de fraternidadeentre os soldados, eles criam vinculos uns com os outros. Quando um soldadoé forçado a cometer estupro com seus colega sem um amigo ou membro da família,isso tem o efeito de quebrar suas ligações com as famílias e fortalecer seus laços comos soldados. Este ato se insere então em um processo de genocídio. Uma vez que são destruídos os laços sociais e culturais que formamum grupo nacional, político ou cultural é mais fácil articular o assassinato em massa das vítimas.

As relações de género patriarcais predispõem as nossas sociedades para a guerra. Elas são uma das forças motrizes que perpetuam a guerra. É uma das causas da guerra. Obviamente, isto não quer dizer que o género seja a única dimensão de poder implicada na guerra. Não se pretende diminuir a importância conhecida de fatores económicos (em particular o capitalismo em constante expansão) nem de antagonismos entre comunidades étnicas, Estados e blocos (em especial a instituição do Estado-nação) enquanto causas da guerra. (Cockburn, 2010, p.140)

As literaturas feministas das RI oferecem uma infinidade de causas e explicações sobre a questão da cumplicidade e intencionalidade por trás dos atos de estupros sistémicos cometidos pelas autoridades. Os fatos expostos nesta parte permitem

entender como as feministas descrevem a relação entre a questão da violação sistemática e os objetivos estratégicos das instituições militares e civis.

A questão de natureza estratégica e sistemática do estupro em momento de conflito levantada pelas feministas das RI são contribuições importantes para a compreensão da polemologia³⁸. Elas também chamam atenção para o caráter complexo e mecânico por trás do fenômeno da guerra.

Graças aos estudos feministas das RI sobre o assunto, agora é possível entender que a guerra é mais do que apenas uma luta militar entre os homens, onde algumas mulheres são vítimas das impuslos dos soldados fora de controle. O estupro como estratégia militar, como uma realidade da guerra, na verdade manifesta a perversa influência das relações de poder que homens exercem sobre as mulheres.

As feministas mostram como os governos e os exércitos, explicitamente ou de forma implícita, desejam cumprir objetivos específicos, incentivando e, muitas vezes, obrigando os soldados a cometer estupro. O crescente reconhecimento internacional da existência dessa relação nas últimas décadas, destacando em particular o relatório das Nações Unidas sobre a questão da violação sistemática na Bósnia não teria sido possível sem as contribuições significativas dos estudos feministas.

Encarar a violência armada como “anormal” [...] impede-nos de perceber que o conflito armado não é algo anômalo, mas que ocorre na sequência de um *continuum* de violência. Esconde o facto de que o abuso de mulheres e outras pessoas oprimidas em tempos de paz é apenas uma manifestação menos intensa da violência de grande escala que emerge em tempos de guerra – o que significa que a guerra não é tanto uma aberração, mas mais um exacerbar da violência, de forma organizada, não raras vezes facilitada pela proliferação de armas, que existe em sociedades que não se encontram em guerra. (Farr, 2003, p.4)

Foi apenas em 2000 com a resolução 1325, que o conselho de segurança da ONU reconheceu pela primeira vez a importância da sociedade civil em um conflito, mas, sobretudo, as questões relacionadas à violência de gênero.

Trata-se de um enquadramento político histórico que torna as mulheres – e a perspectiva de gênero – relevantes para a negociação de acordos de paz, planejamento e operacionalização de campos de refugiados, operações de manutenção de paz e esforços de reconstrução em sociedades devastadas pelos conflitos. Torna a prossecução da

³⁸ Termo proposto por Gaston Bouthoul em para estudar a ciência das guerras. A polemologia estuda a guerra sobre a ótica de ser um fato social.

igualdade de gênero relevante para toda e qualquer ação do Conselho de Segurança, abrangendo um leque de atividades como desminagem, eleições e reforma do sector de segurança. (Rehn; Sirleaf, 2002)

Esta resolução trouxe a obrigação dos Estados Nações de se preocuparem com a vulnerabilidade das mulheres em um conflito armado. Trouxe também a consolidação do combate às desigualdades de gênero, a insegurança nacional e internacional das mulheres.

Porém, esta resolução é criticada pelas feministas de RI como Enloe, Mackenzie e Shephard, entre outras, por se apoiar em um discurso redutor da mulher. Por exemplo, esta resolução traz uma ideia da mulher sendo sempre pacífica e fraca o que reflete uma ideia essencialista. Além disso, não levam em consideração as especificidades das condições das mulheres como as etnias, nacionalidade ou orientação sexual. Laura Shepherd desenvolve a ideia de que nas questões de segurança internacional, as questões das mulheres são condicionadas por uma ideia essencialista.

Fixam os corpos em relação a uma narrativa de diferença sexual, biologicamente determinada, que subordina universalmente a figura feminina e requer que esta seja fraca. Não está aqui em causa reconhecer que algumas mulheres são fracas e que algumas experienciam a violência sexual e a subordinação. Trata-se, sim, do facto de que este pressuposto é institucionalizado como algo natural, normal e universal, uma “realidade” particular da sua existência e interação. (Shepherd, 2008, p. 106)

O estupro depois foi declarado como um crime de guerra no estatuto da ICC e resoluções da ONU. Mais notavelmente a resolução 1820 das Nações Unidas de 2008 definiu a violência sexual como uma tática de guerra para humilhar, dominar, instilar medo, dispersar e / ou deslocar à força os membros civis de uma comunidade ou grupo étnico (Conselho de Segurança da ONU, 2008).

Ann Tickner argumenta que é necessário ir além de uma ideia estatocêntrica³⁹ ao se estudar a violência contra a mulher em um conflito armado. Nesse tipo de violência, não há apenas questões de dicotomia entre o homem e a mulher, mas também outros elementos de desigualdade social. Essa violência é organizacional e sistêmica em todas as esferas globais. Por consequência, é preciso entender os mecanismos acionados por essas violências organizadas contra as mulheres.

³⁹ Termo que define que o estado-nação seria o ente mais importante.

CAPÍTULO 3

3.1 DESUMANIZAR AS CONGOLESAS

Este capítulo busca entender como o estupro se tornou uma prática sistêmica e organizada. No caso do conflito congolês, podemos notar que os atores vão deliberadamente desumanizar uma determinada camada da população. A escolha dos indivíduos que não vão ser mais considerados como humanos é estabelecida pelos detentores do poder. Esses terão a arma do discurso para poder endotrinar e legitimar seus atos de fala (Austin, 1965) em prol dos seus objetivos.

Entendendo que um conflito armado é movido por fatos sociais, há uma construção social do inimigo, ou seja, do outro. Quando é criada essa dicotomia nós/ outros forjam-se as bases nas quais mesmo inconscientemente, eliminará qualquer possibilidade de identificação ou vínculo com esses “outros”. Esses “outros”, então, não farão parte da sua comunidade moral. Ao criar essa dicotomia criam-se instrumentos de exclusão e, em pior caso, de desumanização.

A desumanização é a ação de fazer um ser humano perder a sua natureza de indivíduo. Esse conceito refere-se ao processo pelo qual um indivíduo ou grupo de indivíduos trata os outros seres humanos como inferiores aos homens, apenas parcialmente humano ou não humano.

Este tema foi estudado do âmbito da legitimação da violência, da exclusão e do desengajamento da moral e dos valores de um grupo ou categoria de indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade, principalmente no tocante a negação das vítimas no contexto dos conflitos intergrupais, como, por exemplo, o genocídio. Os diferentes trabalhos tiveram em comum o fato de considerarem a desumanização através de contextos de agressão, em conexão com a violência (como causa ou consequência), a concentrar-se sobre as motivações pessoais e sociais.

As teorias mais recentes, entretanto, destacam que o processo de desumanização é muito mais comum do que se pensava anteriormente. De fato, esse fenômeno também

pode ocorrer em alguns contextos da vida cotidiana, como o domínio dos cuidados médicos ou a diferença dos gêneros. Com a teoria desenvolvida por Leyens (2000) de infra-humanização aparece à ideia de que a desumanização pode também tomar uma forma mais sutil do que os estudos anteriores tinham destacados.

Em 1973, baseado sobre as reflexões de Hannah Arendt em *A Banalidade do Mal*, Herbert Kelman (1973) foi um dos primeiros teóricos que se interessou pelo conceito de desumanização, mais especificamente, o autor examina as fontes de violência em massa organizadas e institucionalizadas, como genocídios em contextos de guerras internacionais, lutas revolucionárias civis, conflitos coloniais e étnicos, bem como mudanças políticas.

Assim, ele procura compreender o que pode, psicologicamente e socialmente, possibilitar tais atos. Investigando os fatores que poderiam reduzir os valores morais em prol de massacres de outros seres humanos, ele rejeita a ideia de disposição psicológica individual do sadismo por falta de evidências científicas. Em vez disso, apoia o seu pensamento sobre a ideia de uma falta de restrições morais que enfrentam a violência, apresentando e desenvolvendo três processos: a autorização, o estabelecendo de rotinas e a desumanização.

Segundo Kelman (1973), a autorização corresponde a uma legitimação das ações tomadas em consequência da obrigação de cumprir ordens de agentes ou instituições de poder. Essas situações autorizam o indivíduo a não aplicar seus padrões morais em sua ação, atuando como obstáculo ao sentimento de responsabilidade pelas consequências de sua obediência. Essa ideia, de que o indivíduo não é responsável por suas ações não seria mais em uma posição de agente porque ele executa a vontade do poder legítimo, assemelha-se aos resultados de Stanley Milgram⁴⁰ de pesquisa sobre a obediência à autoridade. Em adição a este primeiro processo, o estabelecimento de rotinas e procedimentos permite que o indivíduo fique alienado do processo e não pense mais nas perguntas morais. Além disso, o estabelecimento de procedimentos pode ser usado para legitimar e normalizar ações violentas.

Finalmente, a desumanização das vítimas permite que o indivíduo não precise aplicar seus princípios morais em relação ao assassinato. Na verdade, se a vítima de um indivíduo foi classificada pela ideologia vigente como menos humano ou não humano, este indivíduo não terá compaixão, nem pena, pois ao desumanizar alguém, o agressor

⁴⁰ Milgram fez uma experiência na década de 1950 sobre como os indivíduos aceitam de executar ordem violentas sem se questionar.

não o percebe como sujeito moral. A desumanização do inimigo seria, então, muito frequente em tempo de guerra, bem como as diferenças raciais, religiosas, étnicas ou políticas. Em suma, todos os elementos que serão contrários às ideologias do grupo dominante. Kelman mostra também a desumanização dos perseguidores. Esse processo de desumanização seria gradual e resultaria em perda da capacidade de agir como seres morais em razão do não questionamento da obediência e da execução de rotinas. Os perseguidores são tão insanos, tornando-se incapaz de distanciar-se das tarefas que têm de executar.

Na mesma lógica que Kelman, Ervin Staub (1992) questionou-se sobre as origens do que ele chama Mal. Este termo tem uma conotação religiosa, e significa algum tipo de delito aversivo aos seres humano, mais especificamente, caracteriza-se como a violência (individual ou coletiva) para cometida até prejudicar ou ferir outras pessoas. De acordo com Staub (1992), a violência coletiva é um processo adaptativo que encontra suas raízes na frustração das necessidades humanas primárias, como as necessidades de segurança, identidade positiva, controle e compreensão do mundo que nos rodeia e autonomia. Esta violência surge mais facilmente quando as condições se tornam mais difíceis de viver em uma sociedade por causa de problemas econômicos, conflitos políticos ou de mudanças sociais significativas.

Assim, nestes tempos difíceis, as pessoas procuram identificar um inimigo que pode ser considerado como um obstáculo à satisfação dessas necessidades básicas ou responsáveis pela sua frustração. A violência que ocorre contra esse grupo se torna aceitável. As vítimas são vistas como menos que humanos e isso justifica que os valores morais dos agressores não se aplicam para esses indivíduos desumanizados.

Albert Bandura (1999) interessou-se pelo processo de desumanização através de seus estudos sobre desengajamento moral.

Bandura propôs o conceito de desengajamento moral para mostrar como as pessoas podem encontrar justificativas para cometer atos antissociais sem se sentirem culpadas ou censuradas por isso. Daí o uso do termo 'desengajamento', mostrando que é possível se desprender ou desengajar dos próprios padrões morais para cometer atos antissociais deliberadamente, sem autocondenação. (Iglesias, 2008, p. 165)

Em um artigo 1999, ele desenvolveu a ideia de que o exercício da moralidade compreenderia dois aspectos: O primeiro aspecto permitiria que os seres humanos moderassem o seu comportamento potencialmente desumano aos olhos de seus padrões

morais, enquanto o segundo empurrá-los-ia a agir de modo humano, isto é, de acordo com esses padrões. No entanto, se os seres humanos aprenderam e integraram os padrões morais da sua cultura segundo demandas externas e sanções sociais que ele conheceu durante seu desenvolvimento e socialização, ainda é possível retirar sua moral de autocensura por ambas as manobras sociais e psicológica.

Assim, Bandura define oito tipos de manobras que permitem se desengajar moralmente e podem levar à realização de ações desumanas: justificção moral, ou seja, rotulagem eufemística, comparação vantajosa, o deslocamento da responsabilidade, difusão de responsabilidade, descaso ou distorção das consequências e atribuição de culpa. A desumanização é aqui descrita como um dos ingredientes centrais no desempenho ações de violência extrema, no sentido de que é um tipo de retirada moral que opera diretamente sobre as vítimas de ações nocivas.

A humanidade poderia ser descrita como uma enorme rede de pessoas, que se reconheçam como seres singulares e tentam ficar em conformidade com os direitos de cada indivíduo, pelo simples reconhecimento mútuo de membros da mesma espécie. Portanto, ser considerado como um ser humano significaria que os membros que compõem a humanidade dão uma identidade a um indivíduo reconhecendo seu valor, bem como a capacidade de fazer suas próprias escolhas, de viver a sua vida de acordo com suas expectativas, valores pessoais e objetivos. Também significaria um reconhecimento da sua identidade e filiação da comunidade.

Nick Haslam (2002) desenvolveu umas das teorias mais recentes sobre a desumanização e oferece uma definição mais precisa da humanidade, destacando dois tipos de recursos. Ele apresenta a "singularidade humana" e "natureza humana". A característica principal da "singularidade humana" é a distinção entre seres humanos e animais. Logo é a cultura, a moral, lógica, sofisticação e maturidade. Estes são adquiridos através do processo de socialização e, portanto, susceptíveis de variação de acordo com o indivíduo e a sua cultura. Estas são características inerentes à natureza humana, assim como a reatividade emocional ou calor interpessoal.

Embora muitos autores considerem a desumanização como um processo emergente de um contexto intergrupar de conflito ou violência, Haslam propõem modelo em que a desumanização é um fenômeno da sociedade e resultante de processos sócio-cognitivos comuns nos relacionamentos interpessoais. Então, este processo é sutil e implícito. Segundo Haslam, o conceito teórico adequado de desumanização requer uma compreensão clara da humanidade.

Reduzir comportamentos pró-sociais em direção a grupos desumanizados implica em omissões, mas as consequências mais conhecidas de desumanização envolvem a prática de atos antissociais. A este respeito, a ligação entre a desumanização, à violência e a agressão foi enfatizada no trabalho de Kelman e Staub em guerras e genocídio, além dos de Bandura, mostrando que a desumanização inibe os atos de violência. A desumanização é, por vezes, associada a formas de agressão que não estão relacionadas com a provocação. .

Finalmente, as transgressões das normas sociais parecem desempenhar um papel neste processo. Há de fato uma ligação entre a violação de normas comuns, o processo de desumanização e retaliação na forma de tratamento punitivo dos indivíduos que cometeram tais transgressões.

Diferentes autores analisaram os temas de desindividualização e desumanização, apresentando estudos de casos. Hanna Arendt em sua obra *Eichmann em Jerusalém* (1963) mostra uma percepção diferente do mal, baseada em um desindividualismo, referente à reação a ordens determinadas, que chamou de banalização do mal. Para Arendt, isso explica porque mesmo que nem todos os funcionários dos campos de concentração nazistas tivessem e caráter agressivo, eles se tornaram capazes de cometer atrocidades e executar pessoas por estarem em um contexto em que o ser humano foi desumanizado e que seu valor apenas representava um número ou uma ordem a ser executada. Para Arendt, o próprio agressor se tornou uma vítima por ter sido desumanizado também pela ordem estabelecida.

E o efeito da burocratização do indivíduo nesse contexto reduziu o ato ao sentimento de ter que cumprir uma tarefa que lhe foi pedida por um ente superior, o que logo que lhe fornecerá a oportunidade de não refletir sobre o valor ético da tarefa que lhe foi pedida. Isto é o que Arendt define como essa banalidade do mal, em seu livro *Eichaman em Jerusalém*.

3.2 BANALIZAÇÃO DOS ESTUPROS

A partir desta ideia de banalização do mal, podemos entender como um indivíduo, no caso, uma maioria de homens congolese se tornaram capazes de além de efetuar atos sexuais forçados com outro indivíduo, praticar atos de extrema barbárie

como a mutilação do aparelho genital, introduzindo facas, armas, entre outras coisas. Esses atos são efetuados há qualquer momento do dia, e com características sempre de evento social. Isto é, que são eventos públicos, nos quais alguns se configuram como agressores e outros espectadores também se tornam participantes. Nesse contexto da agressão, são realizadas ainda danças de celebração, risos e saudações pela performance.

É notável que o ato do estupro seja percebido como um acontecimento rotineiro do dia a dia dos congolese. De fato, se tornou um ato rotineiro e tomou grandes proporções. Isto ocorre não porque faz parte da cultura congolese, muito menos porque os congolese seriam seres humanos muito mais sádicos do que o restante da humanidade; isto ocorre em consequência do fenômeno da desumanização.

Entende-se com isso que ao desumanizar a mulher, os congolese não as percebem como seres humanos - elas são apenas objetos. O que se configura como uma estratégia dos grupos paramilitares para se apoderarem do conflito. Quando um congolês captura sua objetificação (uma congolese), ele vai imediatamente executar o que lhe foi ordenado, independente da sua idade, aparência ou qualquer elemento que possa atrair o agressor. O ato pode não ser chamado de estupro, já que não há elemento de desejo, nem prazer. Poderia ser chamado de missão, já que é uma ordem.

Para entender melhor essa ação podemos ver com a experiência realizada na década de 1960, por Stanley Milgram, chamada de Obedience to authority, na qual cidadãos comuns⁴¹ foram capazes infligir descargas de 300 volts sobre o incentivo de cumprir um papel. Nessa experiência, as legitimações de tais atos foram relacionadas a um ambiente de laboratório, no qual o modo pelo qual aplicar um choque em uma vítima desprotegida assume um significado “diferente” nesse ambiente. Isto é, o resultado da experiência de Milgram mostrou que indivíduos podem se sentir a vontade e cumprir, como se fosse uma tarefa qualquer, atos violentos como infligir algum tipo de tortura a outro indivíduo com a legitimação psicológica de executor da tarefa que lhe foi ordenada, sem nenhuma outra justificativa.

A partir da observação de Milgram é possível fazer uma análise sobre os executores das torturas no leste congolês. Os agressores deste conflito não são facilmente identificáveis. Podem ser tanto milicianes como os membros das comunidades civis. Algo notável neste conflito é essa diversidade de agressores. Ao não

⁴¹ Aqui foi usado o termo *cidadão comum* para caracterizar pessoas que não apresentam nenhum comportamento sádico, mas que neste contexto serão capazes de cometer atos violentos.

existir mais um poder supremo que controlaria os comportamentos morais desses indivíduos, eles se tornam alvos diretos dos fatos sociais que uma nova ordem ideacional pode proclamar.

Neste contexto, em que a estratégia militar a ser adotada é por meio do uso do seu corpo para destruir os laços da sociedade congoleza, esses agressores são disciplinados para cometer atos de barbárie de uma forma burocratizada e sistêmica.

Esses diversos agressores têm características e identidades distintas. Portanto, eles não vão ter dificuldades em efetuar as tarefas exigidas pelas ordens. A própria diversidade e generalidade dos agressores evidencia que o fato não está relacionado a nenhuma patologia ligada a impulsos sádicos ou interesse específico por atos sexuais violentos, muito menos por mutilar pessoas. Inclusive, várias das testemunhas atestam que os seus agressores foram os seus vizinhos, amigos do colégio, ou até membros da sua família.

Portanto, a compreensão a ser feita em relação à motivação dos agressores é de ordem social. No sentido que são elaborações discursivas ou o próprio establishment impostos pela ordem vigente que vão fundamentar a instrumentalização dos seus comportamentos. Isto é, as ordens são as de ter que estuprar as congolezas, independente da sua etnia, idade, etc., e com esse ato poder lhe tirar toda sua dignidade e sua capacidade de emancipação diante do atual conflito.

Os congolezes, tanto agressores como vítimas, estão imersos numa ótica de dominante e submisso. Ambos são vítimas neste conflito. Os agressores são vítimas na burocracia da máquina de guerra, efetuando tarefas que lhe são exteriores, seguindo o rebanho que se articula sobre as ideologias dominantes.

O habitus preenche uma função que, em outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (Bourdieu, 1994. p. 144)

Ao estudar as violências sexuais cometidas no Congo é notável perceber seu caráter mecânicos e sistêmicos. Nossas ações corporais não são fruto de uma atitude natural. Nós somos educados para ter uma determinada postura e disciplinados (Foucault, 1977) para corresponder aos critérios esperados que resulte do nosso percurso de construção indentitária.

Para Marcel Mauss (1950), o corpo é uma construção social e cultural imposta pela nossa sociedade por fins de ditar os comportamentos dos seus membros. Para Mauss, a noção de dor, da sensibilidade, de medo, da moralidade ou antimoralidade de nossas práticas corporais, varia em cada cultura. Sua ideia é que o homem sempre soube fazer do seu corpo suas técnicas e representações que leva diretamente ao tipo de comportamento encontrado em cada cultura. As sociedades criam independente do tempo ou do espaço, seus estereótipos e comportamentos que se materializam no corpo.

Nossos corpos, nossas ações são socialmente construídas e impostas pela nossa sociedade e cultura. Aqui entendido como o meio em qual um indivíduo se articula. O presente trabalho trata da questão do estupro cometido contra mulheres. Para isto, é importante identificar o que representa este ato, como ele é perpetrado e suas repercussões subjetivas. Nesta pesquisa, será analisado especificamente o caso de estupro cometido em mulheres, não em homens, embora haja homens estuprando homens ou mulheres estuprando homens. Porém, só será contemplado neste trabalho o estupro de homens em mulheres.

Analisando este conflito, é notável perceber os aspectos decorrentes dos discursos, como a disciplinização de um corpo (Foucault, 1983). Para esse autor, a sociedade vai corporificar no indivíduo suas relações de poder, porém haverá uma sujeição, ou seja, uma reflexão ética sobre os seus valores morais. Na sociedade congolês, os homens são corporificados para praticarem violências contra mulheres, porém, nem todos os homens aderem a esses massacres.

É o que Foucault entende como prática de si. Onde haverá uma reflexividade do indivíduo sobre os valores morais. O sujeito articula-se a partir de imposições exteriores, entendido por Foucault como o conjunto de relações de saber e de poder. E temos, por outro lado, o sujeito sendo constituído por relações intersubjetivas articulando-se sobre o conceito da liberdade que possibilita a criação de si mesmo como um sujeito livre e autônomo.

Designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta, pela qual obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição, pela qual respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que modo, e com que margem de variação ou de transgressão, os indivíduos ou grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo, que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles tem consciência mais ou menos clara. (Foucault, 1983. p.211)

Em um conflito armado, tanto o estudado nesse presente trabalho como os diversos conflitos de ordens religiosa, étnica ou territorial, seguem o mesmo esquema de terrorização das realidades habituais dos nossos valores morais para deixar surgir valores que se legitimarão no decorrer do conflito. Esses novos valores serão aceitos pelos indivíduos como dados. Isto porque o discurso que será preconizado será legitimado pelo contexto, efetivado por mecanismos como a burocratização, a sistematização e disciplinarização. Esses mecanismos vão instrumentalizar os indivíduos, tornando-os capazes de cometer atos que fogem dos seus valores éticos habituais. Além do mais, esses atos serão naturais e facilmente executados por não serem questionados nem julgados. A história mostra como um indivíduo sem nenhum resquício de sadismo pode se tornar um assassino. A estrutura age diretamente sobre os agentes (Bourdieu, 2001) no sentido de instrumentalizar sua ação e seu corpo.

Com isto deve ser entendido no caso das práticas congoleesas, não como algo cultural que faz parte do comportamento dos congoleeses, pelo contrário, esta prática é marca da construção de uma cultura da violência que acaba sendo parte da educação dos meninos congoleeses desde crianças. As crianças congoleesas ao nascer em um período de guerra e ver toda essas práticas de violência banalizam tais atos e os reproduzem de uma maneira mecânica. Não é dito que toda população pratica esses atos, é apenas dito que se torna mais comum do que em uma sociedade sem guerra civil.

Não há determinação biológica dos agressores. Em grande parte os agressores são de sexo masculino, não por eles serem mais violentos, mas apenas por eles terem tido desde uma pequena idade, seu corpo e identidade treinados para poder praticar tais atos. Homens não são biologicamente mais violentos que mulheres. A diferença está nas técnicas e no uso que fazem dos seus corpos socialmente construídos. A mulher congoleesa é educada para cuidar dos filhos e do lar familiar. Já o homem é educado para ter uma atitude defensiva e usar das violências como sendo legítima em determinadas situações.

4. CAPÍTULO

4.1 O PÓS-COLONIALISMO DAS RI COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DAS CONGOLESAS

Este subcapítulo pretende mostrar que com a prevalência das teorias tradicionais das RI, os atores não ocidentais tendem a terem seus problemas ofuscados por serem estudados por meio de teorias não adaptadas a seus fenômenos. E que, por conseguinte, torna mais difícil a visibilidade desses atores oprimidos. O pós-colonialismo nas RI segue o mesmo raciocínio que o feminismo nas RI. E, apesar de serem abordagens marginalizadas no canône disciplinar, são essas teorias que oferecem as ferramentas apropriadas de análise em situações complexas, como as que se manifestam na RDC e foram abordadas nesse trabalho.

Para entender as formas de dominação que se expressão através dos discursos de verdade é necessário operar uma desconstrução, principalmente, no que se refere às pretensões universalizantes que historicamente têm amparado à ordem estabelecida. No intuito de contribuir com essa desconstrução dos discursos ocidentais nas RI, recorre-se a contribuição dos autores pós-colonialistas.

Autores como Edward Said, trouxeram uma contribuição significativa para o estudo e a compreensão destes “outros” no campo de pesquisa das RI. Em sua obra *Orientalismo* (1978), Said aponta para as construções discursivas ocidentais que alicerçam a dicotomia Oriente/Ocidente, criando e/ou reforçando estereótipos que inferiorizam povos e culturas orientais e legitimam um discurso dominador por parte do Ocidente no âmbito das relações internacionais, cujo predomínio nesse campo relacional é marcado pelas imposições do Ocidente sobre temas relativos a esses países e suas populações.

Said buscou nas teorias do discurso de Michel Foucault a ferramenta para explicar os mecanismos de imposição do discurso ocidental, que se constitui e determinar quais “regimes de verdade” (Foucault, 1979). Para Foucault (1979), a ideia de verdade é um instrumento de dominação e controle sobre os corpos. Dessa forma, o poder passa a ter um caráter de técnicas e mecanismos, sendo arquitetada pelos sujeitos

que a aplicam. Analisar as questões de gêneros com as perspectivas de poder, segundo Foucault, ajuda a visualizar o efeito de imposição do masculino sobre feminino de que o masculino detém o poder e o feminino é o sujeito que vai ser disciplinado, tendo o seu corpo e sua identidade determinados pelo poder dominante.

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados... As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres,..., assinalando-lhes a postura correta do corpo,..., enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais. (Bourdieu, 1999. p.34)

Este mesmo discurso que estabelece essa ordem masculina como superior à feminina pode ser estendido ao se analisar a imposição dos discursos ocidentais sobre as populações e culturas não ocidentais. Sendo assim, há influência significativa desses discursos, ocidentais e masculinista, nas teorias tradicionais de RI. Essas teorias, por sua vez, têm dado grandes destaque a questões estatais e macroestruturais e não envolvem ou se dedicam a compreender elementos subjetivos como a questão de gênero, ou da diversidade cultural, entre outras coisas. Após a imersão nesse novo campo de estudo das relações internacionais, foi possível estudar, de fato, questões fundamentais que estruturam ou se desenvolvem no contexto dos conflitos armados e que não são abordados pelas teorias tradicionais.

A concepção clássica das RI é de um mundo hierarquizado por uma sociedade ocidental, patriarcal, e branca. Estes últimos seriam os tomadores de decisões e os definidores das verdades aceitas no campo de estudo. Porém, com a emergência de teorias no campo consideradas marginais, como a de gênero e as teorias pós-coloniais, além das teorias críticas ou construtivistas, vemos cada dia mais estudados e emancipados os vários atores oprimidos no cenário internacional.

A obra de Franz Fanon, outro autor pós-colonial importante, busca fragmentar o discurso dominante ocidental. Em suas obras que mais contribuíram para o entendimento do pós-colonialismo: *Peles negras e máscaras brancas* (1952) e *Os condenados da terra* (1961) ele mostra, no primeiro livro, um sujeito negro libertado do olhar e da fala de outro dominador e, no segundo, mostra através de um colonizado como são as estratégias que sustentaram sua subordinação ao mundo ocidental. Ambos

os livros mostram como foram articuladas as práticas e representações coloniais para a disciplinização e implantação do poder sobre os povos colonizados.

Gayatri Chakravorty Spivak faz uma ponte entre o pós-colonialismo e o feminismo. Esta autora elabora sua ideia de dominação masculina no terceiro mundo a partir de um termo usado pelo italiano Antonio Gramsci, denominado “subalternidade”. Spivak argumenta no seu texto *Can the Subaltern Speak?* (1988) que este sujeito subalterno seria constituído pelas “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos do estrato social dominante” (Spivak, 1988. p.12).

A partir desta afirmação, podemos fazer a ligação com as mulheres negras, pobres, e como diria Spivak, subalternas na RDC. Estas mulheres sofrem triplamente por serem mulheres, negras e por se situarem em um país periférico. Há dois elementos a serem combatidos para se pensar em uma possível emancipação das congolezas. Para isto, é necessário que estas mulheres sejam primeiramente reconhecidas como atores relevantes no cenário internacional para lutar contra a história repetida de “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo, não encontra os meios para se fazer ouvir”(Spivak, 1988. p.15).

Outra autora feminista e pós-colonial é Chimamanda Adichie (2009). Em seus diversos livros e declaração é notável sua preocupação com o ser oprimido africano e mais especificamente a mulher oprimida. Em um dos seus famosos discursos, esta autora argumenta sobre o poder das histórias. Ela entende que há um elemento de poder nos discursos de quem escreve, e elabora as histórias. Nesta fala ela dá exemplos de diversos momentos de sua vida em que se surpreendeu ao ter criado uma imagem negativa de algo que foi veiculado por algum discurso. Ela argumenta assim: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará (Adichie, 2009).

4.1.1 INVISIBILIDADE DOS ATORES AFRICANOS

Nos estudos de relações internacionais, o continente africano não é o foco das pesquisas da disciplina. Assim como diversas regiões que ainda não ganharam campo de estudos em R.I. Há uma escassez de informações e estudos empíricos sobre a

interação, agências, instituições, tipos de governos africanos na disciplina. Os governos africanos não se encaixam nas características ocidentais de estados westfalianos. A concepção do estado nação é uma visão apenas ocidental, porém é imposto para todos os países do mundo. Logo, os paradigmas tradicionais da disciplina não são adaptados para esses atores, considerados marginais no sistema internacional.

Esses atores não são considerados relevantes para os estudos clássicos internacionais, mas, paradoxalmente, o continente africano possui as características mais importantes em questões de geoestratégia rentável, a saber, uma localização geografia centrada em relação aos outros continentes e recursos naturais abundantes e ricos. Apesar de possuir esses elementos, a historiografia africana mostra que no processo de colonização do continente pelo mundo ocidental, houve um mecanismo de dominação e expropriação do povo e de suas riquezas.

O campo de pesquisa das relações internacionais, ao estudar de forma sumária diversas áreas no globo, se torna incapaz de entender e solucionar conflitos que vão além das concepções típicas ocidentais. Ultrapassando uma concepção conservadora dos fenômenos no meio internacional, os estudos das RI poderiam deixar de ser condicionados apenas aos estudos sobre as grandes potências mundiais, ampliando aos atores não ocidentais, acrescentando novos atores para se tornarem mais plurais, podendo ter um aspecto mais democrático e com maior entendimento do cenário internacional.

Portanto, o *mainstream*⁴² tradicional das RI nesta pesquisa se torna anacrônico e incapaz de entender o objeto do estudo proposto pelo trabalho. Por sua vez, as teorias pós-estruturalistas, como o feminismo e a teoria pós-colonialista, surgem como uma importante fonte teórica capaz de analisar e entender como ocorre o processo de estupro como arma de guerra.

Os estudos de relações internacionais têm seus principais focos de pesquisas em segurança internacional, paz e guerra, baseados em discursos ocidentais para ocidentais. Isto produz uma generalização ontológica construindo uma moral e verdade segundo os ditames de uma região geopolítica específica, descartando as regiões não ocidentais. Os paradigmas tradicionais têm seus temas de estudos focados em questão de “*hard*

⁴² O termo *mainstream* pode ser definido como algo comum na sociedade ou, neste caso, se refere ao pensamento vigente nas RI.

*Power*⁴³, não levando em conta questões como identidade, gênero, cultura, entre outras coisas. O terceiro grande debate trouxe uma ruptura epistemológica com as teorias tradicionais. Chegando ao cenário internacional dos estudos sobre gênero, dominação, atores oprimidos, discursos.

As duas teorias que dão fundamentação teórica a este trabalho estão no âmbito dos excluídos academicamente e ambas se referem a um determinado grupo que tem sua expressão identitária alterada por um sistema que o obriga a pensar como o opressor, o “masculino”, em uma, e os ex-colonizadores, em outra. Para poder estudar esses atores marginais, foi necessário colocar a questão do estado como objeto contingente de estudo e não absoluto.

Antes da colonização ocidental, os países africanos possuíam seus próprios mecanismos de governança distantes do modelo ocidental, chamado de “tribalismo”, adaptado às diferenças étnicas, culturais e linguísticas da África. Após a Conferência de Berlim, que dividiu a África arbitrariamente, se tornou óbvio que como consequência haveria uma desestabilização estrutural do continente. Após esta imposição do modelo de estado nação, populações distintas passaram a dividir o mesmo território, sendo oficialmente considerado um conjunto homogêneo. Tal imposição de Estados com uma mesma forma política, e o critério que os define como tal, vem da Comunidade Internacional de Estados Nacionais, nascida com a Paz de Vestefália (1648)⁴⁴; ou seja, a condição de Estado não advém unilateralmente do Estado aspirante, mas da possibilidade de a comunidade internacional ser forçada a aceitá-los em razão das circunstâncias históricas, e, mais do que isso, de fatores pré-estabelecidos pela lógica do “sistema” internacional. Desse modo, pode existir uma formação social que não disponha dessas condições necessárias para ser identificada como Estado, e isso significa dizer que é preciso, antes de tudo, existir em um território, através de uma população e respaldado com um poder de fogo capaz de intimidar o descrédito de alguns.

Com a penetração colonial, as formações culturais africanas tiveram novos problemas. As fronteiras em linhas retas traçadas a partir dos mapas na Conferência de Berlim dividiram vários povos, fragmentando suas formações culturais entre mais de um território colonial e unificando diversas culturas dentro de um território colonial. Nessa

⁴³ *Hard power* se refere aqui a questões ligadas ao estado, ao capital, aos interesses dos países hegemônicos.

⁴⁴ Momento em que foi criado a noção de estado-nação.

operação de desfazer e refazer, desestruturar e reestruturar, o colonizador explorou também as diferenças existentes entre os povos reunidos, atizando rivalidades e oposições entre elas no espírito da política de dividir para dominar. Da manifestação das rivalidades e oposições assim atizadas, nasceu o fenômeno batizado tribalismo, um conceito pobre, ideologicamente carregado e que vem desqualificar o rico conteúdo das identidades étnicas e culturais (Munanga, 1997. p. 297).

Este sistema internacional foi socialmente construído na contextualidade de eventos ditados pelo *mainstream* ocidental, impondo ao resto do globo o mesmo tipo de organização do cenário ocidental. Nesse sentido, o pós-colonialismo, bem como o feminismo em RI buscam minimizar os impactos de uma visão do mundo dominante e permitir a emancipação dos oprimidos e marginalizados do sistema internacional. Para poder dar importância àqueles que “não existem” politicamente, foi imprescindível que algumas rupturas já estivessem em andamento: duas das quais já foram citadas, a contestação do Estado como ator privilegiado das relações internacionais e o determinismo do “sistema” internacional.

Um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta.

O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. (...) Não existe um discurso de poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia (Foucault, 1988).

4.2 EMPODERAMENTO DAS CONGOLESAS PELO FEMINISMO AFRICANO

Esta pesquisa estuda a situação de mulheres em um país não ocidental. Então, é necessário entender como se articula a estrutura deste país e qual a importância da mulher neste país.

As teorias feministas das RI estudam as mulheres como um todo. Porém, essa pesquisa busca especificar e mostrar que embora as teorias feministas de RI sejam de uma grande relevância para a compreensão deste conflito, são teorias com uma visão universal do feminismo. A linha de raciocínio desta pesquisa busca mostrar que é

necessário contextualizar a partir das teorias locais do objeto de estudo. Isto é, acrescentar as teorias feministas africanas nesta pesquisa para entender com mais clareza como a mulher congoleza se tornou uma arma de guerra.

Há muitos mecanismos criados para ajudar a população congoleza diante deste conflito armado, como as da missão MONUSCO da ONU, entre outras. Porém, a situação da mulher ainda é de grande precariedade. Essas missões são elaboradas de uma forma descontextualizada e, às vezes, anacrônicas em relação ao conflito. A perspectiva desse trabalho entende que as missões de paz não conseguem entender o real pivô do conflito, nem ao menos parcialmente. Este conflito e a situação da mulher congoleza só podem ser compreendidos e, conseqüentemente, solucionados a partir de uma perspectiva que privilegie o ponto de vista das mulheres congolezas.

Não está se negando com isso a utilidade da ajuda humanitária ou das missões de paz na região, contudo há a necessidade de uma cooperação entre essas articulações e os congolezes. É necessário primeiro entender a complexidade da sociedade congoleza e entender os problemas específicos que enfrentam uma mulher africana para, dessa forma, atuar de forma mais eficaz na resolução de tais problemas.

A sociedade congoleza é patriarcal, ela é composta por um sistema de comunidades em que a terra e o parentesco são mais importantes do que o poder econômico, como ocorre em uma sociedade ocidental. Conceitos como idade, pertencimento a uma etnia ou quantidade de bens acumulados na colheita anual, representam outra hierarquia de status em relação à estrutura da sociedade ocidental. A propriedade da terra é dada ao homem, e sua capacidade de cultivar e alimentar o seu lar lhe garantirá prestígio.

O homem detém o poder da terra e da sua esposa. A mulher congoleza tem uma função importante na coalizão social da sociedade porque é por ela que os laços familiares se perpetuam, além disso, ela tem um papel importante na manutenção da terra porque ela é responsável pela colheita.

Embora o Congo seja um país que apresenta certa diversidade religiosa, com vertentes como o cristianismo e o islã, a cultura congoleza é fortemente marcada por crenças animistas. O animismo, diferentemente das religiões monoteísta, não tem uma crença universalista. O animismo é a religião da alma e dos espíritos, mas cada tribo, cada vilarejo tem sua concepção diferente das ligações entre a natureza e o sagrado. Os rituais e práticas variam em cada tribo, bem como suas concepções de fertilidade, reprodução, morte. Em algumas das manifestações dessas práticas há uma relativa

recorrência de legitimação do patriarcalismo e de atos como o enterro de mulheres vivas ou canibalismo.

As teorias do empoderamento nas concepções feministas permitiriam analisar a libertação da mulher congoleza deste sistema de opressão patriarcal e de violência de gênero. O empoderamento junto com as teorias feministas africanas seriam a chave para emancipar a mulher congoleza. A autora Srilatha Batliwala (1994) entende que para emancipar a mulher da estrutura dessa opressão, é necessário que haja um processo de tomada de poder, ou seja, de empoderamento por parte das mulheres.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletiva, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (Batliwala, 1994. p. 130).

Nesta sociedade congoleza, na qual a mulher se vê em um papel inferior ao homem, conseqüentemente as violências sexuais são perpetradas com grande banalização, o empoderamento se coloca para enfrentar essa falsa “cultura do estupro”. Visa combater a perspectiva de que o estupro seja algo normal em um período de guerra ou até legítimo pela posição inferior que a mulher congoleza ocupa na sociedade.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (Costa, 1998).

Segundo Batliwala (1994), para uma mulher poder se empoderar ela tem que inicialmente entender sua condição de oprimida e saber como isto é estabelecido. Como

o objeto de estudo são mulheres congolezas, as teorias feministas africanas são mais adequadas para entender a opressão das congolezas.

Quando se fala em feminismo, pensamos inicialmente nos trabalhos clássicos feministas, os quais foram constituídos a partir das concepções e lutas de mulheres Ocidentais. Como visto, a sociedade congoleza é diferente, portanto, é necessário estudar o fenômeno a partir da perspectiva de um feminismo que se dedique especificamente a complexidade do cenário no qual as mulheres congolezas estão imersas.

O feminismo africano não teve suas raízes nas lutas por sufrágio universal ou direito à cidadania. Desde a década de 1960, a maioria dos países africanos adotou o voto para mulheres. Vários países africanos como Ruanda detém um número maior de mulheres com cargos governamentais. Isto mostra que as africanas nunca estiveram muito preocupadas com as mesmas lutas que as feministas ocidentais. As feministas africanas lutam por direitos que nas sociedades ocidentais não são se quer alvo de discussão ou questionamento, porque simplesmente não fazem parte de suas preocupações, simplesmente porque são culturas diferentes. As lutas com mais impacto são a abolição da mutilação genital e/ou o direito a terra após o falecimento do marido.

A reivindicação sempre presente nas lutas feministas africanas de direito a mais tempo livre se remete ao fato das mulheres africanas terem uma carga de obrigações dentro das comunidades muito elevada, como as obrigações de cuidar de em média 7/8 filhos, dos idosos, de todas as tarefas do lar e das plantações. Esses elementos da luta feminista africana mostram como a sociedade africana é diferente da ocidental e, por isso mesmo, não é possível falar em um feminismo de uma perspectiva universal.

É importante ressaltar que quando se fala em um feminismo africano, neste trabalho, há uma noção diferenciada no tocante ao feminismo negro. O feminismo negro estuda mulheres negras, porém, nem sempre está se referindo a um caso de estudo como o que está sendo abordado aqui. O feminismo negro contempla mulheres negras ocidentais ou não. Portanto, o elemento diferenciador principal está nas fragmentações sociais internas a uma determinada sociedade ou cultura no tocante às relações raciais constituídas e sua interface com relação às relações de gênero. Porém, neste trabalho, há a necessidade fundamental de recorrer às teorias que emergem e que se dedicam à compreensão de realidades não ocidentais. Devido à complexidade da sociedade congoleza, apenas autoras africanas serão abordadas nesta parte do trabalho.

As obras de Mariam Bâ *Une si longue lettre*, 1979 e *Un Chant écarlate*, 1981 refletem as condições sociais gerais da mulher africana. Esses trabalhos abordam a condição da mulher perante a poligamia, o sistema de castas, as explorações das mulheres, e também as dificuldades da cultura africana de se adaptar a casamentos interraciais.

É com o feminismo africano que podemos entender como fenômenos aparentemente isolados nas relações internacionais permitem entender a natureza dos conflitos. Estudar as peculiaridades de cada sociedade permite que os estudos das RI consigam entender com mais especificidade os objetos.

No seu livro *Parole aux négresses* (1978) Awa Thiam entrevistou uma grande quantidade de mulheres de diversos países da África negra. Ela buscou com isto dar a palavra a estas mulheres que raramente tem oportunidade de se expressarem. Ela inovou no conhecimento sobre a vida, os desafios, e o papel das mulheres negras na África. Essas mulheres falam com simplicidade do seu dia a dia, mostrando como é a vida cotidiana que a mulher africana leva. Este livro é uma fonte de informação de primeira mão no que tange ao entendimento da mulher africana.

A socióloga Fatou Sow contribuiu no meio acadêmico para o desenvolvimento de um feminismo do Sul. Entre outras pesquisas que ela dedicou durante sua vida, abordou o tema das condições das mulheres senegalesas. Ela foi umas das fundadoras do DAWN (Development Alternatives for Women in a New Era) para os estudos desse feminismo dos países do terceiro mundo.

Em 1994, a pesquisadora africana Catherine Coquery-Vidrovitch faz uma síntese de duas décadas da condição da mulher africana. O seu livro, *as mulheres da África*, é considerado pioneiro no que se refere ao conhecimento das diversas sociedades africanas e das condições das mulheres nessas sociedades. É um livro fundamental para a compreensão do processo histórico da mulher africana.

O feminismo africano explica com clareza a função da mulher em uma estrutura africana, no caso, congoleza. A mulher congoleza é o ente estruturador da vida comunitária. Ela é encarregada de todas as tarefas que vão manter a comunidade.

O que difere da posição da mulher africana da mulher ocidental neste caso de conflito é que ela é o agente pivô da estrutura da comunidade. Isto quer dizer que a mulher africana tem um papel profundo de agente de coalisão social. Quando acontece algo com estas mulheres, no caso do estupro, elas não vão mais cumprir as tarefas que

lhes são atribuídas como de cuidar do lar ou da colheta, modificando e desequilibrando a organização social.

No caso de mulheres ocidentais, o estupro também expressa esse caráter traumáticos para a comunidade, mas não tanto não se constituição em ameaça à coalisão social, como ocorre no caso das congolezas. Se uma mulher ocidental não desejar casar, não ter filhos, não cuidar da sua casa ou muitos menos participar ativamente da colheta, isto não vai desestruturar a sociedade ocidental ao ponto da comunidade por inteira ficar sem seu principal mecanismo estruturante. Embora a mulher africana tenha este caráter de poder parcial na sociedade, ela ainda assim é vista como inferior ao homem.

A partir desse conhecimento podemos pensar em um empoderamento direcionado à emancipação da mulher congoleza. Esse empoderamento deveria vir de uma tomada de consciência dos homens e das mulheres. Como por exemplo, o trabalho considerável do cirurgião congolês Denis Mukwegeque, que tem lutado junto com as mulheres congolezas em seu Hospital de Panzi, criado em 1999, na capital de Kivu Sul, no Congo para oferecer suporte médico e divulgar internacionalmente a gravidade deste conflito. Ele fundou em 2014 um grupo de homens feminista chamado de *V-man*, com o objetivo de sensibilizar a população masculina do Congo para a gravidade dos estupros em massa. Ele informa a comunidade internacional sobre o número de vítimas que no seu hospital são atendidas todos os dias (em média 10 mulheres por dia), o que dá uma estimativa 3.600 vítimas tratadas pelo médico por ano. Ele informa também que desde o ano 2000 o seu hospital operou 16.000 vítimas em grande parte com o aparelho genital totalmente destruído e com a única expectativa de diminuir as incontinências provocadas por fistulas obstétricas.

Cuidar dessas mulheres mudou completamente a minha vida. Minha profissão como médico me tornou um testemunho direto de um crime em massa, que é difícil de compreender. Isso ocorre porque a violência sexual atinge o nosso recurso mais precioso: as nossas mães, nossas mulheres e nossas filhas (Mukwege, 2012)

Outro mecanismo do empoderamento da mulher congoleza é a ONG Sofepadi (L'ONG Solidarité féminine pour la paix et le développement intégral) que é definida como uma organização das mulheres congolezas para regular e fazer cumprir as leis que julgam os crimes sexuais. A presidente desta ONG, Julienne Lusenge, explica que para

que tenha uma mudança na situação da mulher no RDC é necessário que todas se juntem para por em prática ações coletivas contra os crimes sexuais.

Esses crimes sexuais são particularmente traumáticos para estas mulheres e as impedem de refletirem e se engajarem em ações para combater esses atos. O fato de elas ficarem traumatizadas faz parte integral da estratégia político-militar dos agressores. Dessa forma, eles buscam acabar com os laços sociais e estruturais da comunidade, inviabilizando o empoderamento do grupo e qualquer tipo de resistência. Mas para que isto seja combatido, essas vítimas necessitam inicialmente de mais respaldo no cenário internacional – precisam ser tiradas do silêncio e da invisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso pretendeu dar importância a um tema que os estudos clássicos de RI negligenciam e mostrar que, pelo contrário, uma visão monista das RI se torna incompleta por não entender todos os fenômenos ocorridos durante um conflito armado. A perspectiva deste trabalho não foi a de descartar as teorias clássicas de RI ou tornar elas de pouca relevância. A ideia do trabalho é a de que os estudos clássicos das RI deram uma contribuição ao cenário internacional sem precedentes, mas que para aprimorar o conhecimento da complexidade das relações internacionais, devemos ter uma postura pluralista das RI. Neste trabalho, foi estudada especificamente a situação da mulher durante a guerra do Congo, mas há outros elementos sobre os quais as teorias clássicas de RI são escassas, mas que não foram contemplados neste trabalho.

Neste trabalho, foi analisado o conceito de estupro como arma de guerra no conflito leste congolês. A abordagem desse estudo procurou apontar para a necessidade de ampliar os pontos de análise e incorporar uma multiplicidade de contribuições teóricas. As teorias feministas das RI foram o foco teórico principal da pesquisa, mas também o feminismo clássico, o pós-colonialismo e o feminismo africano na compreensão do fenômeno.

O primeiro capítulo foi dedicado a explicar qual o conceito de estupro e como ele se torna uma estratégia militar. Este primeiro capítulo pretendeu mostrar que fenômenos internos dentro de um conflito devem ser analisados com mais precaução por se constituírem em parte integrante da compreensão do conflito.

No segundo capítulo, foi visto como as pesquisas clássicas de RI analisam um conflito e como a perspectiva feminista de RI contribui para alcançar um estudo mais completo do conflito congolês. Ao identificar a situação precária da mulher congoleza durante esse conflito, foi possível perceber que um elemento negligenciado pelos estudos de RI como o corpo, deve ser estudado pelas RI da mesma forma que são estudadas as estratégias militares de hard power. É necessário buscar nas teorias feministas das RI ferramentas analíticas que visam permitir entender porque há um estupro sistêmico e organizado nas mulheres congolezas. Sem uma análise plural e aprofundada, o campo das RI acaba por considerar o estupro das mulheres como um

fenômeno comum e menor, como efeito colateral em situação de guerra. A partir do embasamento da abordagem feminista das RI foi visto que o estupro tem um poder bélico considerável e que ele é parte da instrumentalização de uma organização pensada e elaborada para fins estratégico-militares.

O terceiro capítulo procurou tratar de elementos que fazem com que essas práticas de estupro durem e se perpetuem sem que haja a possibilidade das congolesas conseguirem se emancipar perante o tipo de violência empetrada contra seus corpos. O primeiro ponto foi à desumanização, isto quer dizer, a perda da dignidade humana relativa às mulheres congolesas, o que fundamenta e legitima a reprodução dessa violência extrema e sua ocorrência sistemática e organizada. O segundo ponto é uma consequência da desumanização, em que os agressores cometerão seus atos de estupros de uma forma burocrática por seguirem ordens. A conclusão deste capítulo permite identificar que não são os estupros uma consequência natural da guerra, como pretende alguns autores, mas que são atos premeditados com fins militares.

No quarto capítulo foram discutidos aspectos de ofuscamento do continente Africano. Foi por meio das teorias pós-coloniais, e do feminismo pós-colonial que foi possível dar luz a estes atores e mostrar a posição subalterna em que as mulheres negras africanas estão localizadas. Além disso, o quarto capítulo pretendeu entender com mais claresa a dinâmica do objeto de estudo. Logo, foi estudada a estrutura da sociedade congolesa e com isto contribui para analisar uma possível emancipação da mulher congolesa. Neste capítulo, as teorias feministas africanas foram tomadas como o caminho para entender a situação da mulher no Congo e quais são suas lutas.

Essa análise trouxe à luz como as mulheres são objetificadas em uma situação de guerra com o objetivo de aterrorizar, destruir o corpo das mulheres, as famílias e a comunidade congolesa. Porém, este estudo foi elaborado para estudar esses elementos de uma forma conceitual. Este trabalho não destacou nenhuma organização internacional ou atores que ajudam na compreensão do conflito e nas medidas emancipatórias para mulheres congolesas.

O objetivo desta pesquisa foi o de pensar um viés conceitual mais específico para compreensão do estupro como arma de guerra no contexto do conflito congolês. Porém, há vários atores atuando no campo ou por meio de fundos neste conflito. Como, por exemplo, as instituições como o comitê internacional da Cruz Vermelha (CICR) e os Médicos Sem Fronteiras (MSF), também organizações que buscaram evidenciar e divulgar provas das violações dos direitos humanos no Congo como Amnesty

International, Human Rights Watch e o Tribunal Penal Internacional. A missão da ONU MONUSCO, ajudando os congoleses desde 1999, UNICEF, a UN WOMEN, entre outros.

Ao longo desta pesquisa ficou claro o quanto a população civil sofre diretamente das consequências de uma guerra. É que ao negligenciar-se essa população, esses estupros não são levados em consideração deixando assim as mulheres alvo destas práticas violentas e seus agressores impunes. É necessário um reconhecimento da comunidade internacional da situação da mulher em um conflito armado, e o entendimento de que os estupros não são fenômenos isolados, mas sim parte integrante da guerra. A disciplina precisa abordar hipóteses que atores não estatais, mulheres e crianças, podem ser instrumentalizados, e se tornarem uma nova forma de se pensar em arma de guerra.

Estas mulheres negras africanas sofrem paradoxalmente por terem um poder relativo na sociedade congoleza, sendo elas as detentoras da coalizão social. Mas ao mesmo tempo, este mesmo poder relativo se torna um elemento de rejeição por parte dessa própria sociedade. A sociedade congoleza espera dessas mulheres que elas sejam mães, donas de casa e que elas eduquem esta sociedade. Porém, quando elas sofrem o estupro, elas vão ser rejeitadas por essa própria população. Esse fato traduz a dupla significação que a mulher representa e sua situação paradoxal no contexto congolês. Uma vez que, como discutido ao longo do trabalho, a sociedade congoleza expressa uma rígida estrutura hierárquica no tocante às relações de gênero – uma estrutura de dominação masculina, que apesar das diferenças específicas em relação ao contexto ocidental, denunciado pelas teorias feministas; incorpora elementos de ordem distinta, próprios ao contexto africano e apontado pela pelas teorias feministas do continente.

Portanto, este fenômeno de rejeição destas mulheres subalternas já é previsto pelos agressores. Isto exemplifica a capacidade destas dinâmicas dentro da sociedade congoleza de mudar o rumo do conflito. A mulher não podendo mais fazer esta coalizão social, a comunidade será destabilizada, enfraquecida, e, com isso, permitirá que os fins desses estupros sejam alcançados.

Neste sentido, a mulher tem um papel central neste conflito. É por ela que são instrumentalizados os conceitos de reprodução, identidade étnica, perpetração e continuação da comunidade. É profundamente paradoxal um ente com tanto poder, no

que tange a elas serem o elemento central da estrutura da sociedade, mas, ao mesmo tempo, elas são os entes mais invisíveis e os mais atingidos neste conflito.

Essas mulheres que estão no paroxismo da exclusão social são invisíveis e silenciadas nos estudos de relações internacionais, no cenário internacional, e mais contraditório ainda, são invisíveis para a sociedade congoleza.

Esta pesquisa não pretendeu solucionar a subalternidade das congolezas. Como já foi dito, pretendeu apenas analisar este conflito de uma forma conceitual. Porém, podemos pensar que se houver um reconhecimento do sofrimento e das dificuldades que essas mulheres passam todos os dias, e que se elas forem, enfim, incorporadas à comunidade moral e re-humanizadas pelos membros da sociedade internacional, pode ser que esta situação do estupro sistemático das congolezas não seja tão banalizado.

A desumanização foi vista de uma forma ampla neste trabalho. Porém, a re-humanização significa criar, no sentido que nossas emoções são socialmente construídas, compaixão por essa mulher, pobre, negra e africana que é alvo de um tipo de violência tão atroz como o estupro em seu cotidiano.

Para poder combater a desumanização que existem sobre países que tem guerras constantes ou que não fazem parte da comunidade moral de pessoas não congolezas ou por serem pessoas longe e distante da nossa realidade, é necessário re-humanizar essas mulheres no sentido de reconhecer o valor da vida delas.

A banalização do terror ou da injustiça é algo implícito em nossa sociedade. Mas é possível combater esta invisibilidade da qual sofrem essas pessoas subalternas. Re-humanizar seria um dos primeiros combates à injustiça e às assimetrias dos valores morais que sofrem os oprimidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **The Antinomies of Antonio Gramsci**. London: New Left Review, 1976.

ADICHIE, Chimamanda. O Perigo de uma única História. **Palestra**. Paris: 2009.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. 2.ed. Lisboa: Fim de Século, 2000.

AMERICAS WATCH/ THE WOMEN'S RIGHTS PROJECT. **Untold Terror** : Violence against Women in Peru's Armed Conflict. New York: Human Rights Watch, 1992. 70 p.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Amnesty international exprime sa solidarité** : femmes de réconfort et leurs défenseurs à l'occasion de la manifestation du mercredi. Amnesty International, Lettre ouverte, 2005. 1 p.

___ **soixante ans après** : les survivantes du système japonais d'esclavage sexuel exercé par l'armée continuent de réclamer justice. Amnesty International, Documento público, 2005. 7 p.

ARENDDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

___ **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARISTÓLETES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: Editora da UnB, 1992.

ARON, Raymond. **De la condition historique du sociologue**. Paris : Gallimard, 1971. p.8.

BANDURA, Albert. **The Social Foundation of Thought and Action: A social cognitive theory**. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice-Hall,1986.

_____. **Social Learning Theory**. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice Hall, 1997.

BARTH, Frederick. **Les groupes ethniques et leurs frontières**. Théories de l'ethnicité, sous la dir. de Philippe Poutignat et Jocelyne Streiff-Fenart. Paris: P.U.F., 1995. p. 203-249.

BATLIWALA, Srilatha. **Engaging with Empowerment: An Intellectual and Experiential Journey**. UK : Women Unlimited, 2014.

BAUMEL, Judith Tydor. **Double Jeopardy: Gender and the Holocaust**. Portland: Vallentine Mitchell, 1998. 402 p.

BERGMAN, Arlene. **Women in Vietnam**. San Francisco: Peoples Press, 1974. 230 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Brasil: NOVA FRONTEIRA, 2000.

BEVACQUA, Maria. **Râpe on the Public Agenda: Feminism and the Politics of Sexual Assault**. Boston: Northeastern University Press, 2000. 280 p.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Novas reflexões sobre a dominação masculina**. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROWNMILLER, Susan. **Le viol**. Montréal: Nouvelles éditions de poche, 1980. 528 p.

____. **Against Our Will: Men, Women and Rape.** Estados unidos: Miriam Schneir, ed., Feminism in Our Time, 1994.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In: O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Thales. **Elementos de política internacinal: redefinições e perspectivas.** Brasil: JURUÁ, 2005.

CHINKIN, Christine. **Women's International Tribunal on Japanese Military Sexual Slavery.** Estados unidos: American Journal of International Law, 2001. Vol. 95, No. 2, p. 335-341.

CLARK, John F. **The African Stakes in the Congo War.** New York: Palgrave Macmillan, 2002.

COCKBURN, Cynthia. **Women in the Europeanizing of Industrial Relations : A Study in Five Member States.** Brussels : European Commission, 1994.

____. **In the way of women: Men's resistance to sex equality in organizations,** London, Macmillan, 1991.

COMITÉ INTERNATIONAL DE LA CROIX-ROUGE. **Les Conventions de Genève de 1949 et leurs Protocoles additionnels de 1977.** Genève: ICRC Publications, 1994. 6 vol.

____. **Les femmes face à la guerre.** Genève: ICRC Publications, 2001. 274 p.

COPELON, Rhonda. 2000. **Gender Crimes as War Crimes : Integrating Crimes Against Women into International Criminal Law.** Montreal : McGill Law journal, 2000. Vol. 46, p. 217-240.

COSTA, Ana Alice. **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva. São Paulo: central única dos trabalhadores, 2002.

DAIDZIC, Aida. **Râpe as Strategy of War**: the Politics of Génocide in Bosnia and Herzegovina. Sarajevo, Bosnia-Herzegovina: BISER, International initiative of Women of Bosnia-Herzegovina, 1993. 7 p.

DERRIDA, Jacques. **La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines**. Paris: Seuil, 1979, p. 409.

EDGERTON, Robert G. **The Troubled Heart of Africa**: A History of the Congo. New York, St. Martin's Press, 2002.

ELLIS, Lee. **Théories of Râpe** : Inquiries into the Causes of Sexual Aggression. New York: Hémisphère Publishing Corporation, 1989. 185 p.

ENLOE, Cynthia. **Does Khaki Become You?** The Militarization of Women's Lives. London: Pandora Press, 1983. 262 p.

_____. **The Morning After**: Sexual Politics at the End of the Cold War. Berkeley: University of California Press, 1993. 326 p.

_____. **In Mass Râpe**, The War against Women in Bosnia-HerzegovinaNebraska: University of Nebraska Press, 1994. p. 219-230.

_____. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. Berkeley: University of California Press, 2000.

_____. **Maneuvers**: The International Politics of Militarizing Women's Lives. London: University of California Press, 2000. 33 p.

_____. **Gender is Not Enough**: The Need for a Feminist Consciousness. New Jersey: Wiley, 2004.

____. **The Curious Feminist: Searching for Women in The New Age of Empire.** London: University of California Press, 2004. p. 158.

FANON, Frantz. **Pele negra, mascaras brancas.** Bahia: EDUFBA, 2008.

____. **Os condenados ta terra.** Minas gerais: UFJF. 2006.

FLAQUET, Jules. **De gré ou de force.** Les femmes dans la mondialisation. Paris : La Dispute, 2008. 214 p.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and punish: the birth of the prison.** London: Penguin, 1977.

____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.

____. **The history of sexuality.** London: Penguin, 1981.

____. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1989

____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREITAG, Barbara. **A Teoria Crítica: ontem e hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREUD, Sigmund. **Civilization and its discontents.** London: Hogarth Press. (Original publicado em 1930), 1953.

GAUTHIER, Benoît. **Recherche sociale : De la problématique à la collecte des données.** Québec : Presses de l'université du Québec, 1997. 529 p.

GIDDENS, Anthony. **The Global Third Way Debate.** Cambridge : Polity, 2001.

GOLDSTEIN Tierney, Anne. **Recognizing Forced Imprégnation as a War Crime.** New York: Center for Reproductive Law & Policy, 1993. 28 p.

GONDOLA, Ch. Didier. **The History of Congo**. Westport, Connecticut, Greenwood Press, 2002.

GRIBBIN, Robert E. **In the Aftermath of Genocide: the U.S. Role in Rwanda**. New York: IUniverse, 2005.

HASLAM, Nick ; LOUGHNAN, Seteve. **Dehumanization and prejudice**. In J. Dixon & M. Levine (Eds.), *Beyond prejudice* (pp. 89-104). London: Psychology Press, 2012.

HAUT COMMISSARIAT AUX DROITS DE L'HOMME DES NATIONS UNIES. **Déclaration et programme d'action de Vienne, Conférence mondiale sur les droits de l'homme**. Genève: Haut Commissariat aux Droits de l'Homme, 1993. 31 p.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Feministas, 1993. n. 1, p. 50-82.

_____. **Dois é para: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Editora Garamoud, 2004.

HEISE, Lori. **Violence, Sexuality and Women's Live**. London: Routledge, 1995. p. 109-143.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Shattered Lives : Sexual Violence during the Rwandan Génocide and Us Aftermath**. New York: Human Rights Watch, 1996. 77 p.

_____. **The War Within the War: Sexual Violence against Women and Girls in Eastern Congo**. New York: Human Rights Watch, 2002. 128 p.

_____. **Darfur in Fiâmes : Atrocities in Western Sudan**. New York: Human Rights Watch, 2004. 47 p.

HUME, David. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2001.

IGLESIAS, Fabio. **Desengajamento moral**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

KELMAN, Herbert. **Violence without restraint: Reflections on the dehumanization of victims and victimizers**. New York: Springer, 1976.

LENTIN, Ronit. **Gender and Catastrophe**. London: Zed Books, 1997. 256 p.

LEYENS, Jacques- Philippe., (1983). **Sommes-nous tous des psychologues?** Liège: Mardaga, 1983.

MACKENZIE, Megan. **Female Soldiers in Sierra Leone: Sex, Security and Post-Conflict Development**. New York: New York University Press, 2012.

MAGALHÃES, Aceli de Assis. **Histórias de Mulheres**. São Paulo: Editora Altana, 2001.

MAUSS, Marcel. La Prière, **Oeuvres**, vol. 1. Paris: Editions de Minuit, 1968. 154 p.

_____. **Divisions et proportions des divisions de la sociologie**. Paris: Editions de Minuit, 1969. p. 340.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1962.

MERCIER, Michèle. **Crimes sans châtement, l'action humanitaire en ex-Yougoslavie 1991- 1993**. Bruxelles: Bruylant, 1994. 323 p.

MICHEL, Andrée. **Militarisation et politique du genre**. Québec: Recherches féministes, 1995. Vol. 8, No. 1, p. 15-34

_____. **Beyond War Hiérarchies : Belgrade Feminists' Expérience Working with Female Survivors of War. Women and Therapy**, 1999. Vol. 22, No. 1, p. 83-89.

MOENNE, Maria Elena. **Embodying Memory** : Women and the Legacy of the Military Government in Chile. *Feminist Review*, 2005. Vol. 79, p. 150-161.

MOORE, Henrietta. 1994. **The Problem of Explaining Violence in the Social Sciences**. New York: Routledge, 1994. p. 138-155.

MUNANGA, Kabengele. **Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos**. São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1997.

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. La purification ethnique et les viols systématiques. Ex- Yougoslavie 1991-1995. França, revista *Clio*, 1997. No. 5, p. 163-175.

NATIONS UNIES. **Rapport de la quatrième conférence mondiale sur les femmes, Beijing 14-15 septembre 1995**. New York: Nations unies, 1996. 245 p.

OFER, Dalia ; WEITZMAN, Leonore. **Women in the Holocaust**. New Haven: Yale University Press, 1998. 416 p.

PARKER, Richard. Cultura, Economia e Política: construção social da sexualidade. In: *O corpo educado, pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PLATÃO. **República**. São Paulo: Abril, 2000 (Coleção Os Pensadores).

PLAUCHUT, Agathe. **L'ONU face au génocide rwandais**. France : Editions L'Harmattan, 2012.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia – Do Romantismo aos nossos dias**. Vol III. São Paulo: Paulinas, 1991.

REARDON, Betty. **Sexism and the War System**. New York: Syracuse University Press, 1986. 112 p.

RINGELHEIM, Joan. **Génocide and Gender : A Split Memory**. London: Zed Books, 1997. 18-33 p.

RIPA, Yannick. 1997. **Armes d'hommes contre femmes désarmées** : De la dimension sexuée de la violence dans la guerre civile espagnole. Paris: Editions Albin Michel, 1997. p. 131-146.

SEIFERT, Ruth. **War and Rape: A Preliminary Analysis**. Nebraska: University of Nebraska Press, 1994. p. 54-80.

SHARONI, Simona. **Homefront as Battlefield** : Gender, Military Occupation and Violence Against Women. New York: Routledge, 1994. p. 121-37.

SOW, Fatou. *Fleurs du Sahel*. Dakar : Les Nouvelles Éditions Africaines du Sénégal, 1990. 47 p.

STAUB, Ervin. **Overcoming Evil Genocide** : Violent Conflict, and Terrorism. New York: Oxford University Press, 2011.

SYLVESTER, Christine. **Experiencing the End and Afterlives of IR**. United Kingdom, *European Journal of International Relations*, 2013.

_____. **The Elusive Arts of Reflexivity in the “Sciences” of IR**. London: Millennium: *Journal of International Studies*, 2013.

_____. **Passing American Security**. New Zealand :*International Studies Perspectives*, 2013. Vol.13, 444-446 p.

_____. **Experiencing War: A Challenge for IR**. United Kingdom: *Cambridge Review of International Affairs*, 2013. 669-674 p.

_____. **Tensions in Feminist Security Studies**. Oslo : *Security Dialogue*, 2010. 607-614 p.

TABET, Paola. **Les dents de la prostituée** : échange, négociation, choix dans les rapports économique-sexuels, in M.-C. Hurtig, M. Kail, H. Rouch (eds.), *Sexe et Genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, Éditions du CNRS, 1991. 227-243 p.

UNICEF. **Relatório**: situação mundial da infância 2006. São Paulo, B&C Revisão de Textos, 2006.

VICKERS, Jeanne. **Women and War**. London: Zed Books, 1993. 184 p.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WHITWORTH, Sanda. **Men, Militarism, and UN Peacekeeping**: A Gendered Analysis. USA: Lynne Rienner, 2004.